

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e inovação

Centro de Artes

Curso de Especialização em Artes (Lato Sensu)



Trabalho de Conclusão de curso

Oficinas de violão e musicalização para professores de educação infantil: Um estudo sobre os resultados na formação e atuação de professores de educação infantil na rede municipal de Rio Grande-RS.

Roberta Domingues Machado

Pelotas, 2024.

Roberta Domingues Machado

Oficinas de violão e musicalização para professores de educação infantil: Um estudo sobre os resultados na formação e atuação de professores de educação infantil na rede municipal de Rio Grande-RS.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Artes.

Orientador: **Leandro Maia**

Banca examinadora: **Lélia Diniz e Edson Ponick**

Pelotas, 2024.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

M149o Machado, Roberta Domingues

Oficinas de violão e musicalização para professores de educação infantil [recurso eletrônico] : um estudo sobre os resultados na formação e atuação de professores de educação infantil na rede municipal de Rio Grande-RS / Roberta Domingues Machado ; Leandro Maia, orientador. — Pelotas, 2024.

52 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Artes, Centro de Artes, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. Educação Musical. 2. Formação continuada. 3. Oficinas de violão e musicalização. 4. Rede municipal de ensino de Rio Grande. 5. Educação infantil. I. Maia, Leandro, orient. II. Título.

CDD 780

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Agradecimentos

Dedico este espaço para agradecer a todas as pessoas que me acompanharam neste caminho.

Ao meu marido e aos filhos que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Aos meus pais por me ensinarem a seguir uma profissão em que eu fosse feliz.

Ao querido professor Edson Ponick da Faculdade de Educação da UFPEL por acreditar no projeto e fazer com que ele se tornasse realidade.

Ao meu querido orientador do Centro de Artes da UFPEL Leandro Maia por desempenhar tal função com tanta dedicação, paciência, energia e amizade.

A todos os colegas queridos que participaram como ministrantes das oficinas, proporcionando uma super troca de experiências e informações.

Ao meu querido e entusiasmado colega Tomás Paim Costa, que acreditou e trabalhou junto em todos os momentos como bolsista no curso de extensão.

A todas as professoras da rede municipal de Rio Grande que participaram do projeto e da pesquisa.

A todos os colegas queridos que conheci neste curso pelo ambiente amistoso e de trocas no qual convivemos.

A todos os professores que passaram pela minha vida, um muito obrigada!

Resumo

A presente pesquisa busca compreender de que forma a ação "Oficinas de violão e musicalização para professores da educação infantil" colaborou com as ações propostas no documento que define as diretrizes curriculares nacionais para operacionalização do ensino da música na educação básica, assim como estudar os seus resultados na formação e atuação musical dos professores de educação infantil da rede municipal de ensino da cidade do Rio Grande. O caso estudado é o das oficinas de violão e musicalização para professores da educação infantil, que aconteceram nos anos de 2018 e 2019, por meio de uma parceria entre a Secretaria municipal de Educação da cidade do Rio Grande (SMED) e a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (FAE). Apresento como objetivo específico deste trabalho o de conhecer, sob o olhar das 51 participantes da pesquisa dentre as 120 participantes do projeto, quais foram os impactos que as oficinas trouxeram para suas escolas, planejamentos de aula e para seus alunos. Além disso, busca-se trazer o número de crianças e escolas alcançadas com esta ação, assim como relacionar os desdobramentos deste trabalho ao documento Resolução n.º 2, de 10 de maio de 2016, que define as Diretrizes Nacionais para a operacionalização do ensino de Música na Educação Básica. A população pesquisada foram as professoras que participaram das três edições do curso. A coleta de dados da pesquisa foi feita através do Google Forms, que permite a construção de questionários para serem aplicados e preenchidos de forma online. Como embasamento teórico, foram utilizados autores que discutem os processos de implementação da música nas escolas, ações dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação direcionados à área de educação musical e a legislação atual relacionada à educação musical e música nas escolas. Quanto aos resultados, identificamos de que forma as parcerias entre instituições e ações como estas foram importantes para que a música de fato chegasse até as crianças e escolas, e qual foi o papel das referidas oficinas para a vida acadêmica e profissional dos envolvidos.

Palavras-chave: Educação musical. Formação continuada. Oficinas de violão e musicalização. Rede Municipal de Ensino de Rio Grande. Educação Infantil.

Abstract

The present research aims to reflect on how the teaching programme "Workshops of guitar and music for early childhood teachers", conducted at public schools in Rio Grande city in 2018 and 2019, collaborated to make it happen the national curricular guidelines for music teaching in that context. The workshops occurred in partnership with the Municipal Department of Education of the city of Rio Grande (SMED) and the Faculty of Education of Pelotas Federal University (FAE/UFPEl). This research follows to understand, from the perspective of the participants, what impacts were noticed by them and how these relate to the Resolution n 10/2016, which defines the National Guidelines for the operationalization of Music teaching in Basic Education. The research data was collected using the Google Forms, which allows the construction of questionnaires to be applied and completed online. As a theoretical basis, authors discuss the processes of music teaching at schools regarding national, state and municipal current legislation concerning music education and music at schools. As a result, it was possible to identify how partnerships between institutions and actions can improve music education for children and how these workshops contributed for teaching training in music for early childhood.

Keywords: Musical education. Continued training. Guitar workshops. Musicalization workshops

Sumário

Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract	5
Sumário	6
Introdução	8
Capítulo 1 - Legislação e literatura sobre ações e processos de implementação da música nas escolas	10
1.1 Sobre a lei 11.769/08	10
1.2 - A implementação da música nas escolas municipais de Rio Grande.	11
1.3 - A implementação da música nas escolas municipais do Rio Grande do Sul.	13
1.4- Diretrizes nacionais curriculares para a operacionalização do ensino de música na educação básica	15
Capítulo 2 - A Oficina de Violão e Musicalização para professores da educação Infantil.	17
2.1 Como surgiu a parceria entre SMED cidade do Rio Grande de Faculdade de Educação da UFPEL	17
2.2 - O formato das Oficinas	20
2.3 Sobre os ministrantes das oficinas	23
Capítulo 3 - Metodologia	25
3.1 Pesquisa quantitativa com abordagem no levantamento Survey	25
3.2 - Procedimentos de coleta de dados	26
3.3 - Técnica de coleta de dados	26
3.4- A construção do questionário	27
3.5 - Procedimentos de análise dos resultados	28
CAPÍTULO 4 - Impacto das Oficinas	29
CAPÍTULO 5 - Considerações Finais	45
Referências	50

Introdução

No ano de 2013, passados dois anos do prazo para a implementação da música nas escolas, previstos pela Lei 11.769/2008, realizei, como projeto de graduação, o mapeamento de como se encontrava a educação musical nas sessenta e cinco escolas municipais de Rio Grande.

Foi naquele contexto, com os resultados do trabalho de conclusão de curso apresentado à UFPEL, que nasceu a ideia de um projeto de extensão para atender os desafios para implementação da música nas escolas municipais de Rio Grande. O contexto apresentava as publicações sobre a implementação da música nas escolas no Brasil e no Rio Grande do Sul, entre os anos de 2013 e 2016, e as Diretrizes Nacionais Para Operacionalização Do Ensino Da Música, aprovadas no mesmo ano. Propus, então, a realização de uma ação extensionista em Rio Grande, cidade onde resido e trabalho. O projeto contou com a supervisão/orientação do prof. Edson Ponick que, junto à Faculdade de Educação da UFPEL, possibilitou a formalização da ação por meio de uma parceria entre a Faculdade de Educação e a Secretaria Municipal de Educação de Rio Grande.

Este projeto visava contribuir com o processo de implementação da música nas escolas municipais da cidade do Rio Grande mediante oficinas. Assim, no ano de 2018, nasceu o projeto Oficinas de violão e musicalização para professores da educação infantil, no qual a presente pesquisa visa analisar os impactos. Este curso foi pensado visando oferecer formação pedagógico musical para professores da educação infantil, instrumentalizando para situações cotidianas de ensino na iniciação musical por meio da presença do violão como instrumento acompanhador de canções infantis além de vivências e atividades práticas de musicalização que serviriam de subsídios para este professor em sala de aula.

Este trabalho busca compreender os resultados desta ação “Oficinas de violão e musicalização para professores da educação infantil” na formação e atuação musical dos professores de educação infantil junto aos sistemas de educação da cidade de Rio Grande–RS. Reflete-se sobre a maneira como as oficinas apresentaram potencial de colaborar com as ações propostas no documento que define as diretrizes nacionais para operacionalização do ensino da música na educação básica. Por isso, trata-se de uma pesquisa quantitativa, o método utilizado

foi o levantamento survey.

Os dados foram coletados por meio de fontes documentais e perguntas respondidas através do formulário Google Forms com as pessoas que participaram do projeto. Como embasamento teórico, foram utilizados autores que discutem os processos de implementação da música nas escolas, ações dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação direcionados à área de educação musical e a legislação atual relacionada à educação musical e música nas escolas.

O presente trabalho foi desenvolvido em cinco partes. Primeiro trago esta introdução, cujo objetivo é descrever um pouco da história e trajetória de pesquisas e estudos percorridos para se chegar à escolha deste tema e também de situar o leitor sobre a estrutura do trabalho.

O primeiro capítulo está dividido em 4 partes, posso afirmar que trata de assuntos que vão embasar a minha proposta de pesquisa, leituras que me levaram a pensar, escrever, propor e realizar tal ação. Discorro, então, sobre a lei 11.769/2008; sobre a implementação da música nas escolas municipais da cidade do Rio Grande e no Estado do Rio Grande do Sul; E sobre as Diretrizes Nacionais Curriculares para implementação da música nas escolas de educação básica.

O segundo capítulo se divide em três partes: Como surgiu a parceria entre a Faculdade de Educação da UFPEL e a Secretaria de Educação da cidade do Rio Grande, o formato das oficinas, os ministrantes e a troca de saberes.

No capítulo 3, trago a metodologia utilizada para se chegar aos resultados desta pesquisa, dividindo este conteúdo em 5 partes: Sobre a pesquisa quantitativa com abordagem no levantamento Survey; procedimento de coleta de dados; técnica de coleta de dados; A construção e estruturação do questionário; e os procedimentos de análise dos resultados.

No quarto capítulo trago os resultados das oficinas, descrevo todas as perguntas do questionário, tentando embasar cientificamente os resultados. E no capítulo 5, as considerações finais, que são os dados analisados, reflexões e projeções sobre a continuação do processo de implementação da música nas escolas municipais de Rio Grande.

Posso afirmar que trabalhos como este são importantes frente aos desafios que temos que enfrentar para que de fato a música chegue até as nossas crianças.

Diversos autores vêm discutindo os limites e as possibilidades de implementação da lei 11.769/2008.

A lei não detalha de que maneira esta área será incluída, que tipo de professor será responsável pela música na escola, qual será a carga horária destinada ao ensino da música e como essa atividade será distribuída ao longo da educação básica, dividindo espaço com outras áreas artísticas. (FIGUEIREDO, 2013, p.45)

A música ainda não chegou a todas as escolas, Com os resultados deste trabalho podemos sugerir que a formação continuada de professores da educação infantil seja uma das alternativas para que a música chegue de fato até os pequenos e os poucos professores licenciados em música além de atuarem em outros níveis, anos finais e ensino fundamental, possam se organizar politicamente para que a música como disciplina esteja presente nos projetos políticos pedagógicos das escolas e nos referenciais curriculares de educação ao nível municipal o que de fato ainda não acontece.

Capítulo 1 - Legislação e literatura sobre ações e processos de implementação da música nas escolas

1.1 Sobre a lei 11.768/2008. e a Lei 13.278/2016.

A obrigatoriedade do ensino da música na escola, determinada pela lei 11.769/2008, é o resultado de um processo permanente de luta histórica e socialmente construído por músicos e educadores na busca pelo reconhecimento da importância do componente curricular Música para a formação integral dos estudantes. (Diretrizes Curriculares Nacionais apud QUEIROZ, 2014, p. 01).

A inserção do ensino de música na educação básica é um assunto que vinha sendo muito discutido pela área de educação musical. Durante os anos de 2004 e 2005, houve o reinício do movimento para a inserção da música nos currículos escolares. O assunto, levado ao Poder Legislativo, foi discutido em audiência pública, onde estiveram envolvidos no processo, o Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música (GAP), músicos e a Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM). Assim, foi encaminhado o Projeto de Lei aprovado por unanimidade no Poder Legislativo. Deste Projeto de Lei, nasceu a Lei 11.769 de 18

de agosto de 2008, onde o ensino musical passou a ser obrigatório nas escolas brasileiras, determinando a inclusão da música no currículo da educação básica. De acordo com Figueiredo:

O artigo 26 da LDB de 1996 ganhou maior detalhamento. O texto anterior indicava o ensino da arte como componente obrigatório e agora identifica a música como um desses componentes. As demais áreas de artes estão se movimentando, também, para serem incluídas novas linhas no texto legal, garantindo a especificidade de cada linguagem artística (FIGUEIREDO, 2013, p. 42).

O retorno da música como parte da componente curricular da arte alterou a Lei. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), que, embora determinasse a obrigatoriedade do ensino de arte, não especificava o conteúdo da disciplina, nem tampouco qual profissional poderia ministrar tal conteúdo, permitindo uma multiplicidade de interpretações.

No país inteiro, escolas de música, músicos, instituições ligadas à educação, universidades, estados e municípios começaram a pensar como poderia ser feita a inserção da música nos currículos escolares. Estávamos em meio aos debates, tratando de questões que envolviam: quem, como, quando, onde, o que, e quais seriam as múltiplas funções da música na formação dos sujeitos sociais.

Em Dezembro de 2016 tivemos duas grandes conquistas: A aprovação das diretrizes curriculares nacionais para operacionalização da música nas escolas de educação básica e logo em seguida em maio de 2016 a aprovação da lei 13.278 que altera a lei de Diretrizes e bases da educação Nacional, (LDB – [9.394/96](#)), tornando obrigatório o ensino de artes, dança, música e teatro nos currículos da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. As escolas teriam cinco anos para se adequar à ampliação das atividades culturais como disciplinas obrigatórias na educação básica.

1.2 - A implementação da música nas escolas municipais de Rio Grande.

Em agosto de 2011, terminava o prazo para a lei 11.769/08 entrar em vigor. Foi então que no ano de 2013 para obtenção do título de licenciada em música pela

universidade federal de pelotas apresentei o trabalho “A educação musical nas escolas municipais de Rio Grande” (MACHADO, 2013), cujo objetivo foi investigar de que forma o ensino da música estava presente nas 65 escolas municipais de Rio Grande–RS.

Naquela pesquisa, foi traçado um panorama das condições do ensino de música nas escolas. Trago conceitos da educação musical sob o olhar dos pesquisadores da área, das direções das escolas e da secretaria municipal de educação; descrevo em quantidades as escolas que apresentam espaço físico adequado para aulas de música, as que têm instrumentos musicais disponíveis, bandas escolares ativadas e desativadas, profissionais que ministra as atividades musicais, quais são estas atividades, aspectos pedagógicos destas, o profissional que está dentro da sala de aula ministrando as aulas de música e se as atividades são oferecidas de forma curricular ou extracurricular.

No processo de análise de dados, pude constatar que, no período de 2008 a 2012, a música como conteúdo obrigatório, mas não exclusivo do componente curricular, não existiu nas escolas municipais. Não foram encontrados registros de concursos em anos anteriores para professor de música, este cargo era inexistente. Foi constatada também a presença de atividades musicais em apenas 25% das escolas. A música foi reduzida a projetos extracurriculares como banda escolar, coral da escola, e grupos de violão destinados a um número insignificante de alunos e ministrado por pessoas da comunidade que, além de não terem preparação pedagógica e nem formação musical, não eram remuneradas para isso. Noventa e cinco por cento das direções das escolas consideravam ser muito importante o ensino da música, mas não demonstraram ter conhecimento do que é educação musical.

Analisando as respostas dos questionários, foi verificado que educação musical para estas profissionais é relegada a uma ferramenta de apoio ao desenvolvimento de outras disciplinas. Responderam que em suas escolas tinha aula de música de forma curricular em todas as disciplinas, pois todos os professores cantavam com seus alunos.

A educação musical sob o olhar das direções das escolas é um ponto preocupante que pretendo aprofundar em outra oportunidade, pois está diretamente relacionado às condições e ambiente de trabalho dos professores licenciados em música que muitas vezes se deparam com situações e cobranças constrangedoras

vindas das direções e coordenações pedagógicas que apresentam diversidade de entendimentos sobre o papel da música na escola.

1.3 - A Implementação da música nas escolas municipais do Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul no ano de 2016 foi realizada uma pesquisa de grande porte, coordenada pela professora Doutora Cristina Rolim da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, que tinha como objetivos responder a questionamentos relacionados à inserção da música nas escolas públicas municipais dos 497 municípios do RS. Segue abaixo alguns dos questionamentos levantados e que considero serem importantes para o debate relacionado a essa pesquisa.

Quantas secretarias municipais do RS implementaram a música nas escolas das suas redes de ensino? Quem desenvolve atividades musicais nas escolas públicas municipais? Quantas e quais secretarias municipais promovem concursos públicos para professores de música?

A coleta de dados ocorreu por meio de contatos estabelecidos com as secretarias municipais dos 497 municípios do RS, que receberam os documentos e questionários via correio eletrônico. Dos 497 municípios existentes no estado, apenas 270 responderam.

Quanto ao retorno dos questionários, a professora Cristina Rolim destacou que mais uma vez percebe-se o descumprimento da legislação por parte de 227 secretarias municipais do RS que não responderam aos questionários. Já que o decreto n. 7.724 de 2012, que regulamenta a lei 12.527, de 2011, fala sobre o acesso a informações no Brasil. Neste decreto, encontra-se expresso que é dever dos órgãos e entidades promover a transparência ativa através da divulgação em seus sítios na internet de informações de interesses coletivos ou geral por eles produzidos.

Sobre a pergunta de quantas secretaria implementaram a música nas escolas de sua rede Rolim destaca em sua pesquisa que apenas 27,77% das secretarias municipais declararam que existe música de forma extracurricular, enquanto 72,23% não oferta a música na suas rede de ensino dado este que revela o descumprimento da legislação Nacional em educação.

Entende-se a importância da música encontrar-se em diversos tempos e espaços da escola. Mas entende-se também que é importante estabelecê-la como uma das disciplinas integrantes do currículo da educação básica. (WONFFENBÜTTEL, 2017, p. 12).

Outro dado preocupante que traz a pesquisa é sobre a presença de professores de música nas escolas. Das 270 secretarias que responderam, apenas 8,14% correspondem a licenciados e concursados em música, 0,37% licenciandos em música, 45,54% professores de outras áreas e, somando, professores das séries iniciais e da educação infantil, 26,28%.

A promoção de concurso público para professores de música nas escolas públicas municipais do Rio Grande do Sul foi um dos itens da pesquisa que apresentou índices bastante baixos. Entre uma primeira análise, apenas 18,14%, ou seja, 49 municípios dos 270 que retornaram os questionários, promoveram concurso para este cargo. As demais 214 secretarias responderam não terem realizado concurso. Mas o quadro agrava-se ainda mais se for considerada a totalidade dos municípios 497. Neste caso, sobem 88,73%, que corresponde a 441 secretarias que não realizaram concursos para professores de música em suas redes de ensino. A professora salienta que para que um município possa realizar concursos para professores de música é fundamental, primeiramente, que estes cargos existam.

Podemos constatar que o caminho para acontecerem os concursos para professores de música é bem longo. Compete à câmara municipal, com a sanção do prefeito, criar, alterar e extinguir cargos públicos. Novamente se apresentou o descumprimento da legislação. Já que, segundo as diretrizes nacionais para operacionalização do ensino da música na educação básica, uma das atribuições das secretarias é realizar concursos específicos para a contratação de Licenciados em Música. (WONFFENBÜTTEL, 2017, p. 14).

Os dados levantados na pesquisa da professora Cristina demonstram que estamos muito longe de se ter a música efetivamente nos currículos da educação básica nas escolas municipais do Rio Grande do Sul. Demonstram também que os números são alarmantes em relação às secretarias municipais de educação, que vêm descumprindo a legislação nacional em educação.

1.4- Diretrizes nacionais curriculares para a operacionalização do ensino de música na educação básica

Em dezembro de 2013, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação aprovou o parecer do projeto de resolução que define as diretrizes nacionais para a operacionalização do ensino de música na Educação Básica.

O documento orienta a inserção do ensino de música a partir de um conjunto de ações em rede em que as escolas, secretarias de educação, as instituições formadoras de ensino superior e de educação profissional, o Ministério da educação, e os conselhos de educação devem trabalhar juntos para viabilizar a operacionalização do ensino da música na educação básica conforme definido pela lei 11.769/2008, em suas diversas etapas e modalidades. (QUEIROZ, 2014, p. 2).

Esse documento foi homologado através da Resolução n.º 2 de 10 de maio de 2016 e oito eixos centrais foram enfatizados pelos educadores, músicos, gestores e demais profissionais interessados no ensino da música que participaram ativamente das audiências públicas promovidas pelo CNE (Conselho Nacional de Educação) em parceria com a Abem (Associação Brasileira de Educação Musical)

- 1) Definição de estratégias e competências para os diferentes segmentos educacionais;
- 2) Necessidade do professor específico da área;
- 3) Abertura para a participação de mestres da cultura, músicos e outros profissionais da área musical;
- 4) Inclusão do ensino da música nos cursos de pedagogia;
- 5) Inserção da música no projeto político pedagógico das escolas;
- 6) Necessidade de espaços adequados para o ensino da música;
- 7) Realização de concursos específicos para professores de música;
- 8) Implementação de planos estaduais, Distrital e Municipais para inserção do ensino da música nas diferentes redes de ensino. (Queiroz, 2014, p. 6).

Segundo o documento Resolução n.º 2 de 10 de maio de 2016, que define as Diretrizes Nacionais para Operacionalização do ensino da música na educação básica:

- §1º - Compete às escolas:
- V - Promover a formação continuada de seus professores no âmbito da jornada de trabalho desses profissionais;

VI - Estabelecer parcerias com instituições e organizações formadoras e associativas ligadas à música, visando à ampliação de processos educativos nesta área; (BRASIL, Parecer, 12/2013 , p.09)

§ 2º Compete às Secretarias de Educação:

II - Promover cursos de formação continuada sobre o ensino de Música para professores das redes de escolas da Educação Básica;
VI -organizar redes de instituições ligadas à música com vistas ao intercâmbio de experiências docentes, de gestão e de projetos musicais educativos, bem como à mobilidade de profissionais e ao compartilhamento de espaços adequados ao ensino de Música;(BRASIL, Parecer, 12/2013 , p. 09).

§ 3º - Compete às instituições formadoras de Educação Superior e de

Educação Profissional:

III - Incluir nos currículos dos cursos de Pedagogia o ensino de Música, visando o atendimento aos estudantes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;

VI Orientar para que o estágio supervisionado e a prática de ensino dos cursos de graduação em Música tenham parte predominante de sua carga horária dedicada ao ensino de Música nas escolas de Educação Básica;

VI. Estabelecer parcerias nacionais e internacionais de ensino, pesquisa e extensão em Música, bem como com outras iniciativas de instituições culturais ligadas à área musical. (BRASIL, Parecer 12/2013, p.10)

Considerando todos os avanços conquistados até o momento, nós, educadores musicais deste país, devemos estar cientes da responsabilidade que temos com o processo de implementação e cumprimento dessas Diretrizes. Seja por meio de pesquisas, projetos e mobilizações junto às secretarias de educação e órgãos competentes. Precisamos pensar: O que falta em meu município para que esses oito eixos levantados nas diretrizes sejam de fato trabalhados e implementados? Não podemos esquecer esses vinte anos de luta e o enorme caminho que temos pela frente.

Capítulo 2 - A Oficina de Violão e Musicalização para professores da educação Infantil.

2.1 Como surgiu a parceria entre SMED cidade do Rio Grande de Faculdade de Educação da UFPEL

Foi neste contexto, com os resultados do trabalho de conclusão de curso, apresentados a UFPEL em 2013 trazendo desafios para implementação da música nas escolas municipais de Rio grande, as publicações sobre a implementação da música nas escolas no Brasil e no Rio grande do sul entre os anos de 2013 e 2016 e as Diretrizes Nacionais para operacionalização do ensino da música aprovadas no mesmo ano, que nasceu a ideia de um projeto de extensão que resultaria em uma parceria, entre a SMED cidade do Rio grande e FAE /UFPEL. Este visava contribuir com o processo de implementação da música nas escolas da cidade do Rio Grande por meio de oficinas. Assim, no ano de 2018, nasceu o projeto Oficinas de violão e musicalização para professores da educação infantil, na qual a presente pesquisa visa analisar os resultados.

No ano de 2013, passados dois anos do prazo para a implementação da música nas escolas, foi feito o mapeamento e traçado o panorama de como se encontrava a Educação Musical nas 65 escolas municipais de Rio Grande. Do total de 65 escolas municipais que faziam parte da pesquisa, 60 responderam aos questionários. O que representou uma ótima taxa de retorno.

Foram destacados nesta pesquisa dois momentos importantes: o primeiro, no período de 2008 a 2012 (Gestão municipal do PMDB, tendo como representante o prefeito Fábio Branco), juntamente com o período de aprovação e adaptação dos sistemas de ensino à nova lei 11.769/2008. E o segundo momento, de 2013 a 2017, onde a cidade passa a ser governada pelo prefeito Alexandre Lindenmeyer do Partido dos Trabalhadores. Juntamente com a aprovação do projeto de resolução que define as Diretrizes Nacionais para operacionalização do ensino da música na educação básica em dezembro de 2013.

Fernandes, ilustra bem na sua coluna em jornal local, quais eram os projetos da secretaria municipal de educação e cultura de Rio Grande em relação à educação musical no ano de 2011.

A supervisora pedagógica da secretaria municipal de educação e cultura informou que, até o momento, o município conta com apenas uma professora formada em música. Segundo ela, inicialmente, a professora Marisa Saad receberá os alunos na Escola de Belas Artes Heitor de Lemos (EBAHL) para ministrar as aulas. “Será uma atividade dentro da disciplina de educação artística”, enfatizou. Para a locomoção dos estudantes a Secretaria municipal de educação e cultura (SMEC) disponibilizará um ônibus. “ Nós iremos iniciar este trabalho com quatro escolas do município. Para o outro semestre, pretendemos instruir os professores, através da Marisa, a trabalharem a música dentro das suas disciplinas”, disse a supervisora, contudo, não mencionou a intenção de contratar ou fazer concursos para professores de música. (FERNANDES, 25 de outubro 2011, Jornal Agora).

Sim, além dos relatos acima o retrato da educação musical encontrado em Rio grande RS no ano de 2013 foi este: O ensino da música no currículo das escolas municipais de Rio grande não existia, foi encontrado lacunas no entendimento das direções das escolas sobre o que vinha ser a educação musical, as escolas não disponibilizavam de espaço físico para as aulas de música, apenas 10 das 65 escolas receberam instrumentos musicais, O cargo professor de música era inexistente.

Com os relatos e projetos dos secretários de educação e cultura em relação à implementação da música nas escolas municipais de Rio Grande e com o panorama de como se encontrava a educação musical no ano de 2013 na cidade é que surgiu a idéia de criar um curso de musicalização e violão para os professores de educação infantil e séries iniciais.

Este curso foi pensado visando oferecer formação pedagógico- musical para professores da educação infantil, instrumentalizando para situações cotidianas de ensino na iniciação musical por meio da presença do violão como instrumento acompanhador de canções infantis além de vivências e atividades práticas de musicalização que serviriam de subsídios para este professor em sala de aula. Por que formação continuada em música para professores da educação infantil?

A justificativa para as oficinas serem destinadas a professores da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental está embasada na lei 11.769/2008, que torna obrigatória a oferta de educação musical com especialista na área ou não. Já o parecer 07/2010, que trata das diretrizes curriculares nacionais para o ensino

fundamental de 9 anos , atribui ao professor regente de classe o trabalho com o conteúdo curricular arte, na ausência de professor especialista na área.

Art. 31 Do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, os componentes curriculares Educação Física e Arte poderão estar a cargo do professor de referência da turma, aquele com o qual os alunos permanecem a maior parte do período escolar, ou de professores licenciados nos respectivos componentes.(BRASIL,Parecer 07/2010,p.09)

Escrevi o projeto, criei as apostilas. E agora, como eu iria colocar em prática ? Foi aí que descobri que existiam os três pilares da universidade federal: Ensino, Pesquisa e Extensão. Acreditei que este projeto de fato, poderia se tornar um projeto de extensão e que através dele eu poderia articular os conhecimentos adquiridos através da minha pesquisa com as necessidades da comunidade e desta forma transformar a realidade social, mas descobri que como aluna eu não poderia, que eu precisava de um orientador e coordenador.

Foi então que procurei meus antigos professores da Licenciatura em música. Duas delas, que poderiam me orientar, tinham saído para o doutorado. Entrei em contato com os outros professores que estavam dando aulas e nenhum quis entrar, pois não era a área deles.

Foi então que chegou ao meu conhecimento que a faculdade de educação da UFPEL tinha feito concurso para a área de professor de música e quem tinha tirado o primeiro lugar era o mesmo professor que me ajudou a escolher meu assunto de pesquisa na Licenciatura em Música no ano de 2011 quando ministrava as disciplinas de fundamentos da educação IV e Pesquisa em música II.

Enviei uma mensagem via Facebook me apresentando e perguntando se ele teria um e-mail, contato telefônico ou algum tempo disponível para marcar uma reunião e tratar de assuntos sobre educação musical.

O professor falou que já tinha sido chamado, sim, que o semestre iniciaria naquela semana, final do mês de abril de 2017. Pediu que eu enviasse o esboço do projeto que eu estava pensando em propor. Fiquei muito feliz com o retorno do professor e aproveitei para parabenizá-lo pelo concurso. Um doutor em música entrando na faculdade de educação da UFPEL seria o marco de mais uma grande conquista para nossa área, pois o um dos eixos das diretrizes nacionais para

operacionalização do ensino da música na educação básica é a inclusão da música nos currículos dos cursos de pedagogia.

Tivemos nossa primeira reunião em novembro de 2017, o professor aceitou coordenar o projeto e, a partir desse dia, não paramos mais. Foram muitas reuniões e trâmites junto à UFPEL e SMED para que a parceria de fato se consolidasse. Eu estava permanentemente em Rio Grande em diálogo com a SMED e o professor em Pelotas em diálogo e procedimentos internos com a UFPEL.

Em maio de 2018, o projeto foi aprovado pela pró-reitoria de extensão da UFPEL. Na SMED cidade do Rio Grande, tudo estava sendo encaminhado. Fomos bem recebidos pelo superintendente e coordenadoras da educação infantil e anos iniciais.

A SMED nos ofereceu local, instrumentos musicais, transporte Rio Grande x Pelotas, transporte para os ministrantes que eram de Rio Grande, impressão do material didático, toda a divulgação das oficinas e as inscrições das professoras.

2.2 - O formato das Oficinas

As oficinas tiveram três edições e aconteceram nos anos de 2018 e 2019 na cidade do Rio Grande–RS. Sempre no mesmo local. Escola Helena Small, situada na rua Barão de Cotegipe, 155, das 19:00 até 21:00, horário em que as professoras soltavam do trabalho. Mesmo cansadas, as oficinas estavam sempre lotadas e as queridas professoras transmitindo uma super energia positiva. Isso até a terceira edição do curso, pois pude constatar como ministrante que as oficinas, quando oferecidas no final do ano, como foi o caso da última edição, que aconteceu de setembro a novembro de 2019, não trouxeram o retorno esperado. É um momento onde podemos notar faltas por parte das professoras, pois é um período marcado por muitas responsabilidades, como entrega de notas, provas, apresentações de fim de ano, encerramentos e formaturas.

Quadro 1 - Informações das oficinas

oficinas	Número de vagas	Datas turma 1	Datas turma 2
1ª edição Oficinas: Violão e musicalização para professores educação Infantil	30 vagas divididas em duas turmas de 15 alunos.	De 20.08.2018 a 08.10.2018	De 22.08.2018 a 10.10.2018
2ª edição oficinas: Musicalização para professores da educação infantil de anos iniciais.	50 Vagas divididas em duas turmas de 25 alunos.	De 09.05.2019 a 04.07.2019	De 14.05.2019 a 02.07.2019
3ª edição oficinas: Musicalização para professores da educação infantil e anos iniciais	40 Vagas	De 24.09.2019 a 19.11.2019	

A divulgação dos cursos foi feita nas redes sociais e na página da SMED. As inscrições eram feitas por meio de formulários online no site da prefeitura. As três edições tiveram a mesma carga horária: 18 horas de encontros presenciais mais 4 horas de atividades complementares como leituras, exercícios e vídeos, totalizando 20 horas.

Os planejamentos das aulas foram divididos em seis momentos: integração e recapitulação da aula anterior; atividades de musicalização; teoria musical básica; atividades práticas no violão; desenvolvimento de repertório e atividades para casa.

Faziam parte dos planejamentos dos cursos, reflexões sobre a importância da música no currículo da educação básica, atividades de musicalização, noções básicas do violão, canções folclóricas, percussão corporal, histórias cantadas, notas musicais, mudanças de acordes, ritmos, brincadeiras com copos, canetas e muitas outras atividades que possibilitam serem vivenciadas com as crianças no cotidiano escolar.

A primeira edição foi oferecida apenas para as professoras da educação infantil e as oficinas aconteceram de agosto a outubro de 2018. Oferecemos 30 vagas divididas em duas turmas de 15 professoras. Uma acontecia nas segundas-feiras e outra nas quartas-feiras, a turma foi dividida para melhor assimilar os conhecimentos do violão. A ideia era que as professoras conseguissem, com apenas três acordes (A D e E), se apropriar de um repertório significativo da educação infantil. A SMED esteve sempre presente nos encontros, participando ativamente das atividades.

Na segunda edição, ampliamos a oferta para as professoras das séries iniciais de 1º a 4 anos. O número de vagas também sofreu alteração de 30 para 50 vagas. As oficinas aconteceram de maio a julho de 2019, uma turma nas terças e outra turma nas quintas-feiras. Nós retiramos o violão dos planejamentos para poder atender mais professoras.

As inscrições para a terceira edição foram realizadas através do site da prefeitura, no período de 18 a 22 de setembro. As aulas aconteceram nas terças-feiras na escola Helena Small de 24 de setembro a 19 de novembro e foram direcionadas para os professores que atuavam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais (Ciclo de Alfabetização).

Ao todo, tivemos 120 professoras que participaram destes ciclos de oficinas. Entramos em contato com a SMED e infelizmente não tivemos acesso à última lista de inscritos, que corresponde a 40 professoras inscritas, por tanto não conseguimos entrar em contato para que elas participassem da pesquisa.

2.3 Sobre os ministrantes das oficinas:

Participaram das oficinas como ministrantes alunos dos cursos de pedagogia, licenciatura em música e Bacharelado em violão. Um dos bolsistas do projeto de extensão, apresentou um trabalho no VI congresso de extensão e cultura da UFPEL

que levantou e respondeu sobre a seguinte reflexão: Como o projeto de extensão “ Oficinas de violão e musicalização para professores da educação infantil”, contribuiu para a formação musical e pedagógico musical dos bolsistas do curso? Na coleta de dados, que foi por meio de entrevistas, eles responderam às seguintes questões:

Qual era a expectativa com o projeto?

Como sua formação acadêmica ajudou ao longo do projeto?

Como o projeto complementou a sua formação?

Sobre a expectativa com o projeto, os ministrantes apontam para o exercício da sua formação pedagógica.

Segundo Paim, Tomás, o projeto abriu portas não só para ele, como bacharelado em violão, aprender e conhecer sobre a musicalização, como para seus colegas que puderam pôr em prática os saberes aprendidos de suas recentes formações.

A inserção do ministrante bacharelado em violão se deu pelo fato de uma parte das oficinas ser de iniciação ao violão. A ministrante do curso de pedagogia, além de nos orientar em atividades direcionadas para a faixa etária que queríamos atingir, sabia tocar violão e foi riquíssima a sua participação. Destacou a importância dessa formação continuada para as professoras de educação infantil. O ministrante, que era licenciado em música, destaca que durante as oficinas, como ele tinha se formado recentemente, pode ter maturidade e propriedade para fazer críticas e autocríticas positivas sobre as atividades e, em alguns momentos, até pensar em desdobramentos sobre elas.

O projeto abriu uma nova visão em relação à educação musical e à educação como um todo para mim, como o de ser aluno e também professor. Pode-se afirmar que o projeto representou um crescimento pessoal e profissional a todas as pessoas envolvidas. E isso aconteceu, por um lado, como uma forma de pôr em prática a sua formação, como é o caso do licenciado em música, como também uma oportunidade de praticar, conhecer e aprender sobre a importância educação musical não só para os ministrantes mas também para as participantes professoras alunas da rede municipal. De certa forma, elas irão refletir os conhecimentos musicais aprendidos para as crianças de toda a cidade, reluzindo um brilho de esperança nestes tempos sombrios para a educação. (PAIM, 2019, p. 3).

A relação de trocas de experiências entre os ministrantes das oficinas foi o

que se apresentou de mais rico neste processo, já que estamos falando de pedagogia, licenciatura em música e bacharelado em violão.

Em um curso de pedagogia, seria especial se tivesse aulas de violão e musicalização inseridas no currículo, pois as crianças aprendem através da ludicidade que existe nos jogos, nas brincadeiras e na música. A aluna do curso de pedagogia nos trouxe o embasamento teórico sobre a educação e como trabalhar as atividades com cada faixa etária.

Em um curso de licenciatura em música, aprendemos a tocar, aprendemos a dar aulas, mas nem sempre a dar aulas para crianças pequenas. Adquirimos na prática essas habilidades e também por meio de pesquisas e cursos de formação continuada.

Em um curso de bacharelado em violão aprendemos a tocar violão, mas dificilmente encontramos no currículo uma disciplina que ensine a como dar aulas de violão, muito menos a trabalhar com musicalização. Através do exposto acima, podemos chegar à conclusão sobre a importância que foram para os ministrantes das oficinas as vivências e troca de saberes que este curso de extensão proporcionou em suas formações.

Capítulo 3 - Metodologia

Este trabalho busca compreender os impactos resultantes da ação “Oficinas de violão e musicalização para professores da educação infantil” junto aos professores de educação infantil e sistemas de educação da cidade de Rio Grande–RS. Reflete-se sobre a maneira como as oficinas apresentaram potencial de colaborar com as ações propostas no documento que define as diretrizes nacionais para operacionalização do ensino da música na educação básica. Por isso, trata-se de uma pesquisa quantitativa com a abordagem no levantamento Survey.

3.1 Pesquisa quantitativa com abordagem no levantamento survey:

A pesquisa survey pode ser descrita como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário. (FONSECA, 2002).

Na pesquisa survey, a amostra e um plano de amostragem devem ser definidos de forma a conferir confiança nos resultados do trabalho de pesquisa a ser realizado. Assim, deve-se selecionar o universo no campo de estudo observado e escolher a amostra do universo. Na amostragem, normalmente coleta-se dados de uma população e depois de estudá-los, tenta-se inferir certas conclusões sobre as características ou parâmetros dessa população. Portanto, o desenho da amostra deve resultar em um exemplo representativo da população.

A população a ser estudada são os professores e professoras de educação infantil que participaram do projeto de extensão que aconteceu nos anos de 2018 e 2019 na cidade de Rio Grande–RS, por meio de uma parceria entre a Secretaria municipal de educação (SMED) cidade do Rio grande e Faculdade de educação da UFPEL (FAE) Pretendemos através das respostas analisar os resultados desta ação junto às instituições de ensino da rede municipal de Rio Grande assim como conhecer os impactos na atuação e formação musical destes professores.

Os dados foram coletados por meio de fontes documentais e perguntas respondidas através do formulário Google Forms com as pessoas que participaram do projeto. Como embasamento teórico, serão utilizados autores que discutem os processos de implementação da música nas escolas, ações dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação direcionados à área de educação musical e a legislação atual relacionada à educação musical e música nas escolas.

3.2 - Procedimentos de coleta de dados

Em um primeiro momento, fui buscar via internet, na página da SMED, as listas de professoras inscritas no projeto. Infelizmente, não tivemos acesso à última lista, que corresponde a 40 professoras inscritas, pois na troca de prefeituras esse material foi perdido. Logo em seguida, solicitei para SMED os e-mails das professoras, mas também não obtive sucesso. Através das listas da primeira e segunda edições das oficinas, o que corresponde a 80 professoras inscritas, consegui localizá-las via Facebook e Instagram. Enviei mensagem me apresentando e escrevi sobre a importância do retorno desses questionários respondidos. Das 80 professoras que conseguimos entrar em contato, apenas 51 responderam os questionários, o que corresponde a 63,75%, e se pensarmos no total das professoras que participaram, ou seja, 120 professoras recebemos o retorno de 42,5% das professoras o que também é considerado uma boa taxa de retorno.

3.3 - Técnica de coleta de dados

A utilização do Google Forms mostrou-se uma ferramenta adequada para esta pesquisa devido à facilidade nas configurações da plataforma e agilidade para elaboração das perguntas, além de melhor experiência para leitura e resposta por aparelhos eletrônicos, como smartphones e notebooks. No artigo desenvolvido por Janine da Silva Mota sobre “Utilização do Google Forms na Pesquisa Acadêmica”, ela aborda que:

Algumas características do Google Forms: possibilidade de acesso em qualquer local e horário; agilidade na coleta de dados e análise dos resultados, pois quando respondido, as respostas aparecem imediatamente; facilidade de uso, entre outros benefícios. Em síntese, o Google Forms pode ser muito útil em diversas atividades acadêmicas, nesse caso em especial para a coleta e análise de dados estatísticos, facilitando o processo de pesquisa. A grande vantagem da utilização do Google Forms para a pesquisa, seja ela acadêmica ou de opinião, é a praticidade no processo de coleta das informações. O autor pode enviar para os respondentes via e-mail, ou por meio de um link, assim todos poderão responder de qualquer lugar. (MOTA, 2019, p. 373)

3.4 - A construção do questionário

Nosso questionário foi pensado em 4 seções. Na primeira está localizado o termo de consentimento e uma caixa de seleção para saber se a pessoa aceitava ou não participar da pesquisa. Aceitando, a pessoa era direcionada para a seção 2, que era composta por 19 perguntas divididas em múltipla escolha, caixa de seleção, lista suspensa e escala linear. Somente a última pergunta permitia resposta em parágrafo, ou seja, longa. Da questão número um até a número quatro, as perguntas eram: Nome completo; Qual escola de educação infantil você atuava quando estava fazendo as oficinas? Para que nível da educação infantil você ministra aulas? Quantos alunos você tinha, incluindo todas as escolas em que você ministrava aulas neste período? Da questão cinco até a questão oito, as perguntas eram: você considera o ensino de música na Educação Infantil importante? Antes das oficinas, você já trabalhava com atividades musicais em sua sala de aula com as crianças? Depois das oficinas, você começou a trabalhar com atividades musicais em sua sala de aula com as crianças? Em qual dos formatos da oficina você participou? As perguntas número nove e número dez, considero ser importantes, pois responderá que tipo de atividades musicais costumava colocar em seus planejamentos antes da oficina e que tipo de atividades musicais costumava colocar em seus planejamentos depois da oficina. As perguntas seguiram desta forma: Sua escola recebeu o kit de musicalização ou tem instrumentos musicais para trabalhar com as crianças? Qual era sua expectativa quando fez a inscrição na oficina? A oficina de violão e musicalização contribuiu para quais os conhecimentos e habilidades na área da música? Você se sentiu mais preparada para implementar atividades musicais nas suas aulas após participar desta oficina? Você percebeu algum impacto nas crianças em relação à sua participação nessas atividades musicais? Quais os desafios que você enfrentou ao implementar a música nas suas aulas? Você acredita que cursos como este, oferecidos de forma permanente pela SMED, podem fazer com que a música esteja mais presente na sala de aula? Você acredita que as aulas de música podem ser ministradas por professoras da educação infantil? Qual a opção que mais se encaixa no que você defende? Como você avalia a sua experiência com a oficina? Na seção número três agradecemos a participação na pesquisa e escrevemos que a resposta e participação ajudaria a conhecer os resultados deste trabalho para podermos em um segundo momento, pensar em estratégias que

minimizem o atraso no processo de implementação da música nas escolas da rede municipal de Rio grande RS. Na mesma seção, colocamos a última pergunta de número vinte. Única que deixamos como resposta longa: você teria alguma contribuição, sugestão ou recomendação para melhorar futuras oficinas de violão e musicalização para professores que possam ser oferecidas para SMED Rio Grande? A quarta e última seção é relacionada às permissões: se a entrevistada permitia ou não que suas respostas fossem divulgadas integralmente ou por pseudônimo.

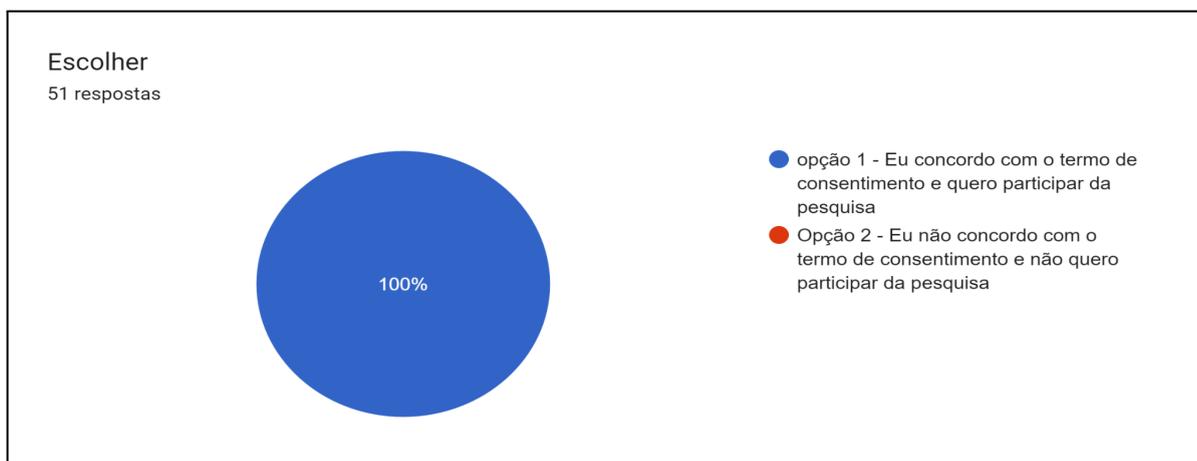
3.5 - Procedimentos de análise dos resultados

A possibilidade de criação de formulários eletrônicos é um facilitador no que diz respeito à distribuição da pesquisa aos entrevistados e, posteriormente, à organização e análise dos dados então coletados.

A nossa ferramenta de coleta de dados foi o aplicativo Google Forms e este possibilitou a obtenção da análise de dados em tempo real. À medida que as professoras iam respondendo aos questionários, os gráficos iam sendo produzidos. As respostas das pesquisas foram coletadas de forma organizada e automática no Formulário, com informações e gráficos em tempo real. Para potencializar ainda mais a tabulação dos dados, foi possível visualizar tudo nas planilhas, ou seja, as respostas da pesquisa ficaram armazenadas em planilhas e podem ser visualizadas em gráficos ou mesmo de forma bruta na planilha. A questão número 20 ficou aberta para a resposta ser formulada de forma parágrafo, tivemos então várias respostas abertas. Para análise dessas respostas, criei sete categorias e depois usei abordagem quantitativa.

CAPÍTULO 4 - IMPACTO DAS OFICINAS

Figura 1 - Questão 1



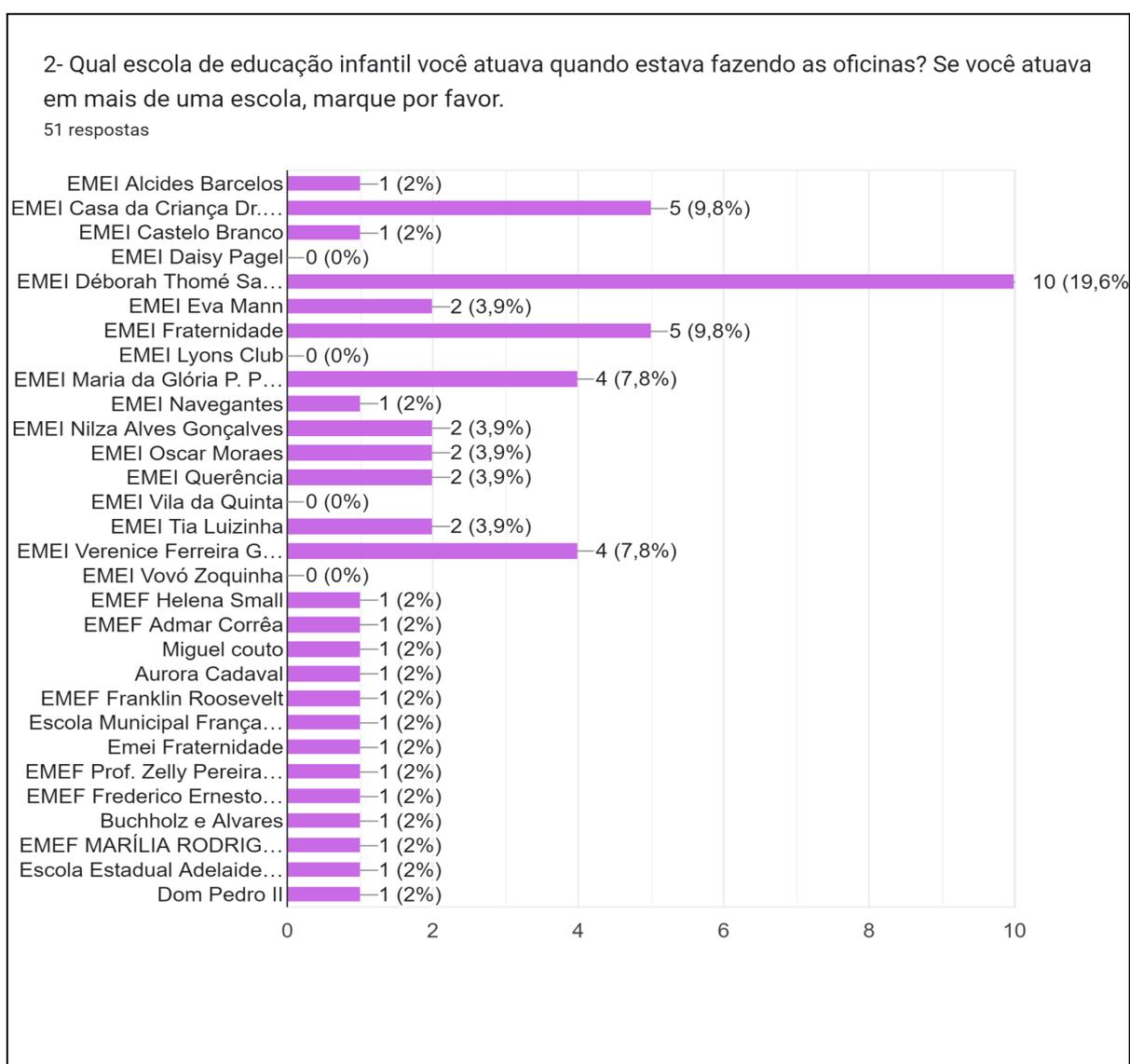
Analisando as respostas do questionário 51 das 80 professoras que conseguimos entrar em contato via Facebook e Instagram concordaram em participar da pesquisa isso corresponde a 63,75% nos trazendo uma super taxa de retorno e se pensarmos no total das professoras que participaram das oficinas, ou seja, 120 professoras recebemos o retorno de 42,5% das professoras o que também é considerado uma boa taxa de retorno. Lembrando que não entramos em contato com as últimas 40 professoras que participaram das oficinas na terceira edição, pois não conseguimos ter acesso à lista de inscrições homologadas nem aos documentos referentes a esses últimos encontros. Todas as informações que temos são de registros dos ministrantes, coordenadores e das reportagens publicadas nas páginas da prefeitura e redes sociais.

Passando para a seção número dois que perguntava qual era a escola de educação infantil que a entrevistada atuava quando estava fazendo as oficinas, tivemos uma grande surpresa, pois das 65 escolas municipais as oficinas conseguiram chegar em 40 delas o que corresponde ao número de 61,53% das escolas atingidas pelo nosso curso de extensão.

A escola em que mais tivemos professoras inscritas foi a EMEI Deborah Thomé Sayão, foram 10 inscrições, o que corresponde a 19,6% dos participantes. O que podemos constatar de diferente é que esta oficina foi oferecida diretamente na

escola nos sábados de formação, ou seja, as professoras estavam em sua hora de trabalho e não precisavam fazer jornada dobrada para poder fazer esta formação. Este é um ponto de muita relevância a ser considerado quando for ofertado pelas secretarias de educação ou parcerias as jornadas de formação continuada em musicalização para professores da educação infantil.

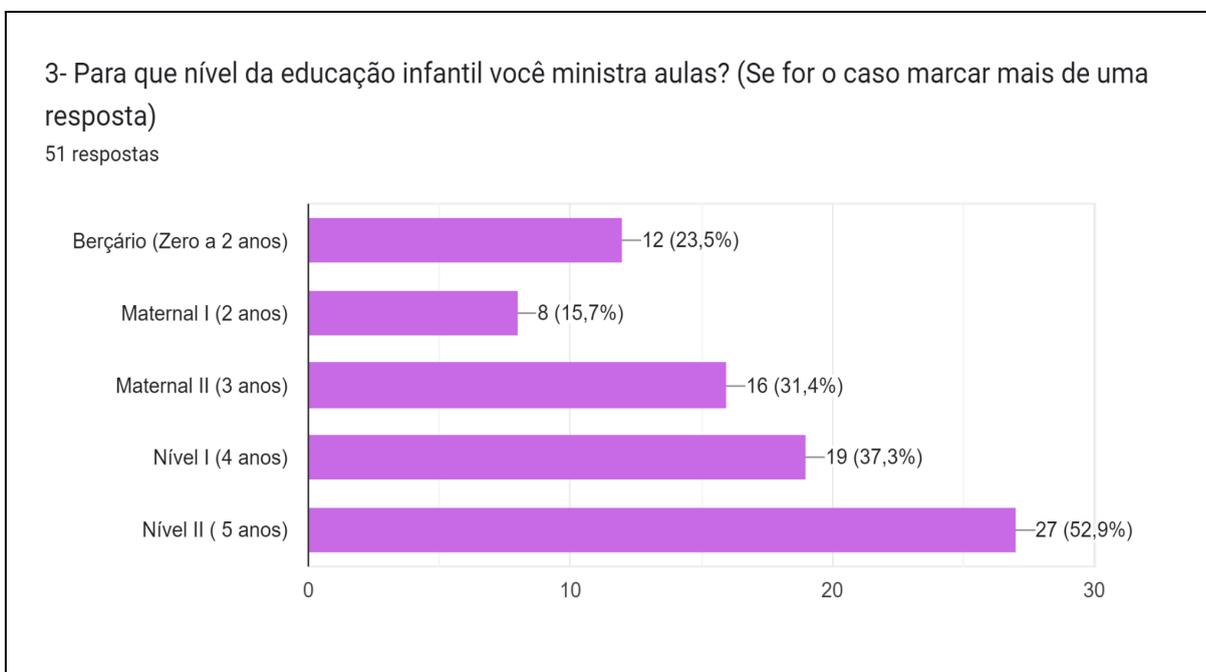
Figura 2 - Questão 2



Em segundo lugar, tivemos as escolas EMEI Dr. Augusto Duprat e EMEI Fraternidade com cinco inscritas cada, o que corresponde a 9,8% dos participantes. Em terceiro lugar, EMEI Maria da Glória e EMEI Verenice Ferreira, com quatro inscritas cada uma, o que corresponde a 7,8% dos inscritos. Logo, tivemos cinco

escolas com dois inscritos, o que corresponde a 3,9%, e dezesseis escolas com apenas um inscrito em cada, o que corresponde a 2%.

Figura 3 - Questão 3



Nossas oficinas foram pensadas em todos os níveis da educação infantil, as atividades estavam todas misturadas. Logo em seguida, a SMED abre inscrições para as professoras do ciclo de alfabetização.

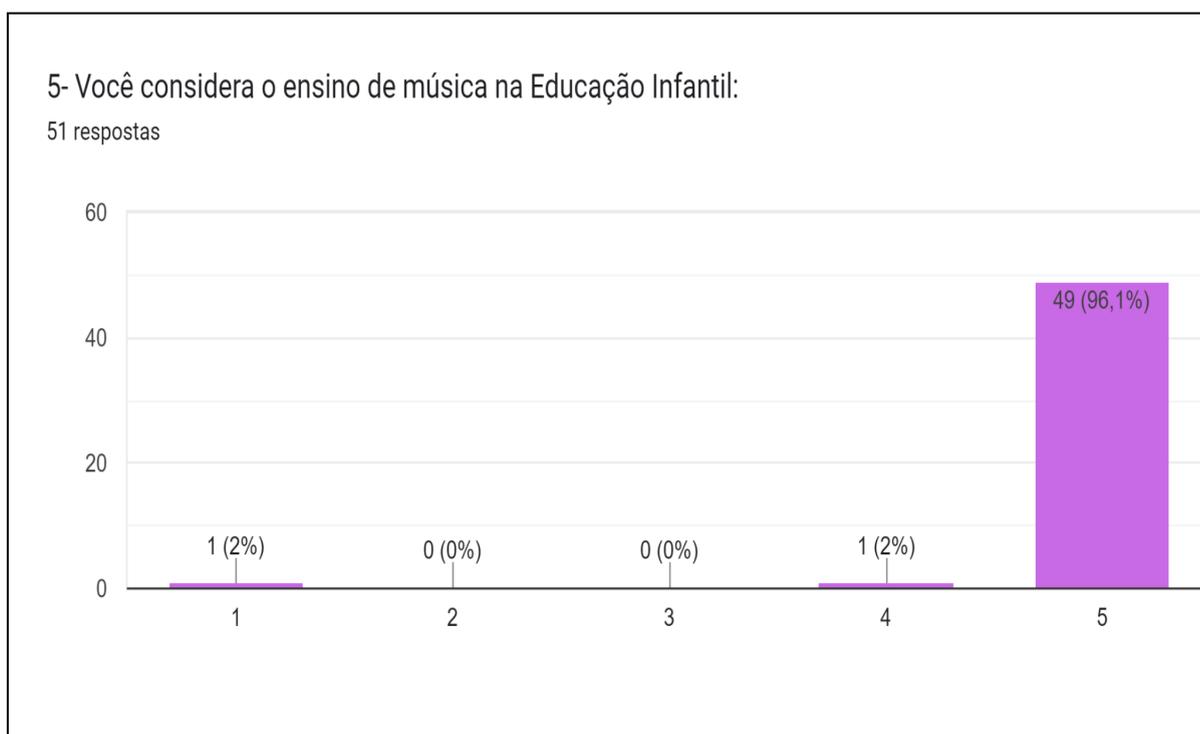
Pensamos em atingir o maior número de professoras com atividades diversas e que essas atividades pudessem ser por elas absorvidas, vivenciadas e ressignificadas para seus contextos escolares.

Conforme o gráfico acima, 52,9% das professoras que participaram da pesquisa davam aulas para o nível II (5 anos). Acreditamos que neste número estão incluídas as professoras do ciclo de alfabetização que participaram da pesquisa. As professoras de nível I (4 anos) representam 37,3%, professoras do Maternal II (3 anos) 31,4%, professoras do Berçário (zero a 2 anos) 23,5% e professoras do Maternal I (2 anos) 15,7%.

A partir destes dados, a sugestão para as próximas oficinas é que as atividades sejam direcionadas e divididas por níveis. Berçário (zero a dois anos), maternal I e II (2 e 3 anos) Nível I e II (4 e 5 anos) e ensino fundamental ciclo de alfabetização (do 1º ao 3º ano).

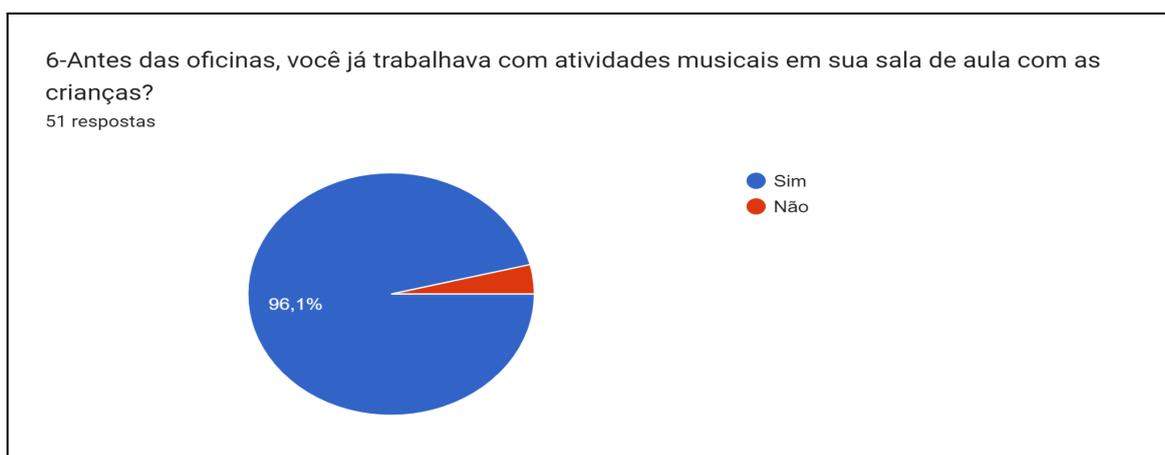
A questão número 4 do questionário trata de quantos alunos as professoras tinham no período em que estavam participando das aulas. Nesta questão, chegamos ao número de 1227 crianças que conseguimos atingir com esse curso de extensão. Levando em consideração que todas as 51 professoras que responderam este questionário trabalhassem com a música nos seus planejamentos. Apareceram respostas de dois até 120 alunos por professora, fazendo uma média, cada professora teria turmas de 24,05 alunos. Para chegar ao resultado de crianças beneficiadas com o projeto, somei todas as respostas. Para chegar à média de alunos por professora, divide-se o valor de alunos pelo número de professoras.

Figura 5 - Questão 5

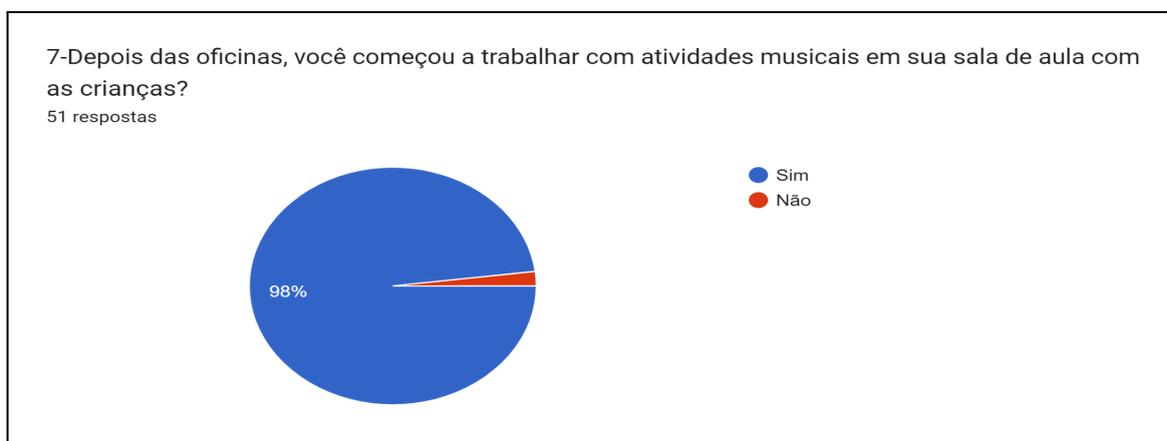


A pergunta número 5 foi pensada para ser respondida em uma escala linear. Uma escala linear é um tipo de sistema avaliativo do Google Forms, que utiliza números para quantificar sentimentos, níveis de satisfação, atitudes e percepções e considerações. Neste caso, queríamos quantificar a percepção das professoras sobre a importância da música na educação infantil de 1 a 5. Um para pouco importante e cinco para muito importante. Neste caso, 49 professoras, das 51 que responderam, consideram ser muito importante o ensino da música na educação infantil, o que corresponde a 96,1%. Enquanto 2%, o que corresponde a uma professora, consideraram ser pouco importante.

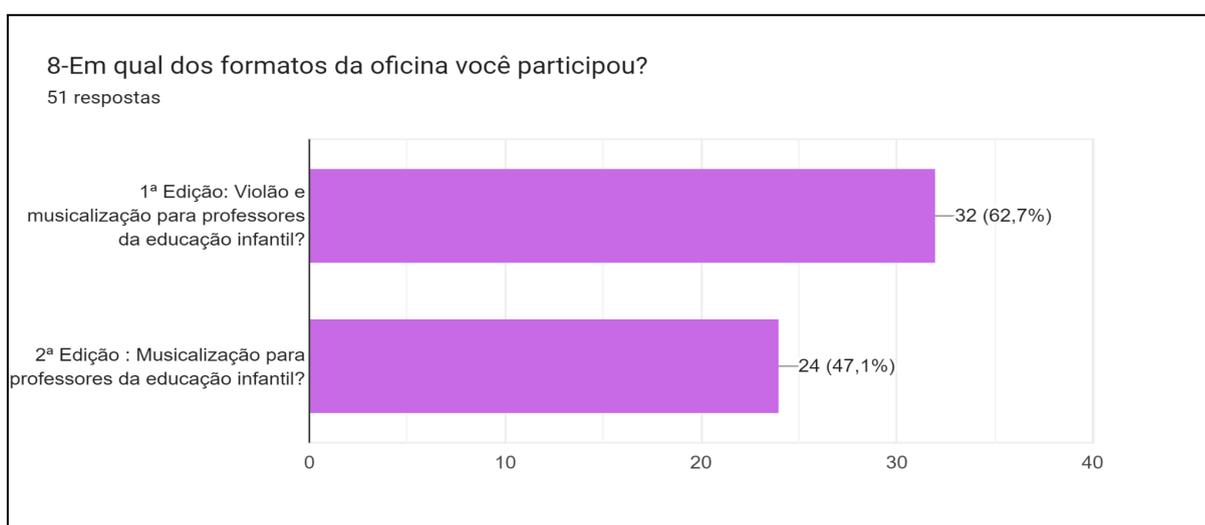
Figura 6 - Questão 6



Segundo a Figura da questão número seis, 96,1% das professoras já trabalhavam atividades musicais em seus planejamentos. Dado que soma com a ideia de que é necessário que as secretarias entendam a necessidade de se ofertar formação continuada em música para professores, com mais frequência.

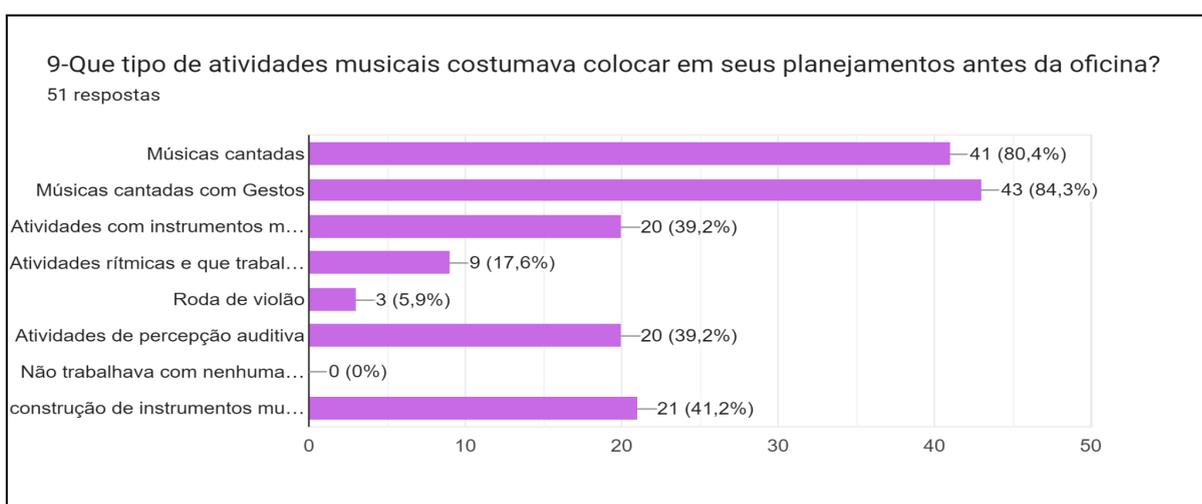
Figura 7 - Questão 7

Da tabela da questão número 6 para a tabela da questão número 7, notamos um aumento de apenas 2% no número de professoras que já trabalhavam com a música nas escolas, ou seja, com oficina de musicalização ou não, a música já estava presente nos planejamentos escolares das professoras. O que podemos analisar mais adiante são os tipos de atividades musicais que elas passaram a sugerir depois do contato com as oficinas.

Figura 8 - Questão 8

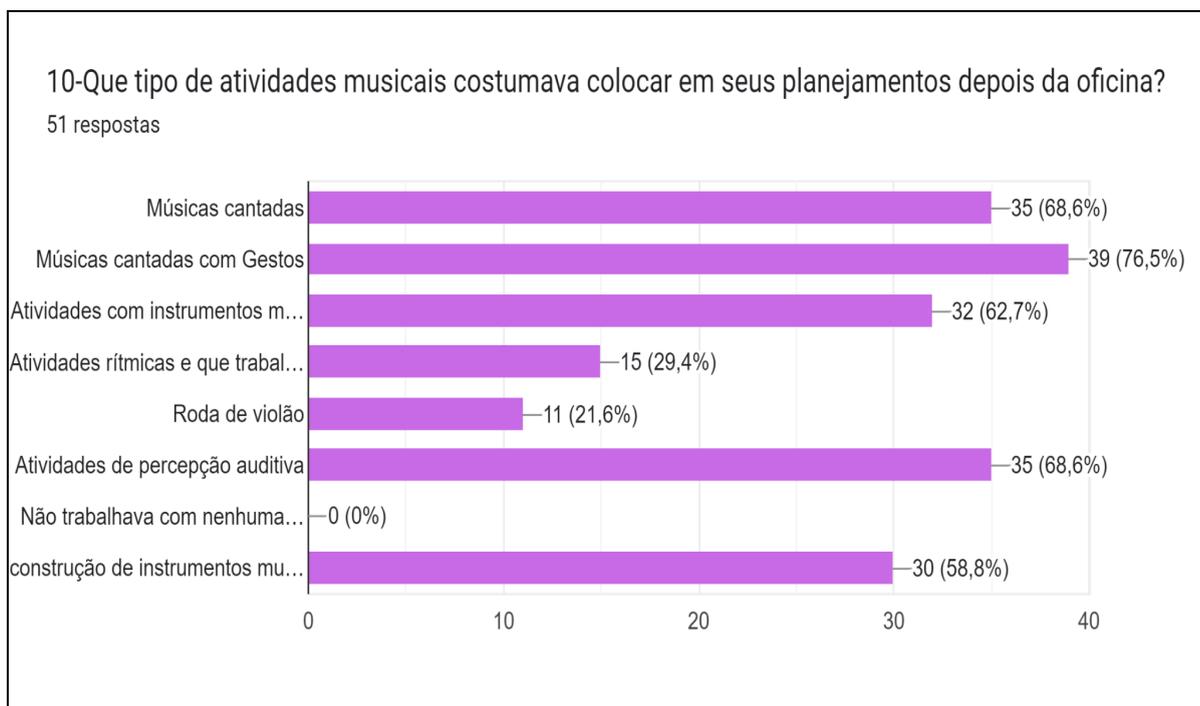
Conforme a Figura da questão número 8, 62,7% das professoras que responderam à pesquisa participaram da primeira edição das oficinas, onde foram oferecidos os conhecimentos de violão além das atividades de musicalização. Somando-se a 47,1%, participaram da segunda edição, que era somente de musicalização para professores. Através desta tabela, podemos verificar também que as 40 professoras que participaram da terceira edição não puderam participar desta pesquisa pelo motivo de que não tivemos acesso à lista de professoras homologadas, não tendo como entrar em contato. Uma lástima.

Figura 9 - Questão 9



Observando as respostas da figura número 9, podemos constatar que as atividades musicais mais desenvolvidas pelas professoras e pensadas em seus planejamentos antes de passarem pelas oficinas eram atividades cantadas e cantadas com gestos em segundo lugar aparecendo no gráfico, atividades como construção de instrumentos musicais e em terceiro atividades de percepção auditiva e com instrumentos musicais.

Figura 10 Questão 10



Fazendo a leitura das respostas na figura número 10, questão 10 que trata das atividades musicais trabalhadas pelas professoras depois do seu contato com as oficinas, podemos notar que músicas cantadas com gestos continuam em alta em seus planejamentos. Atividades cantadas e de percepção auditiva aparecem em segundo lugar, atividades com instrumentos musicais e construção de instrumentos musicais em terceiro, atividades rítmicas e roda de violão também apareceram.

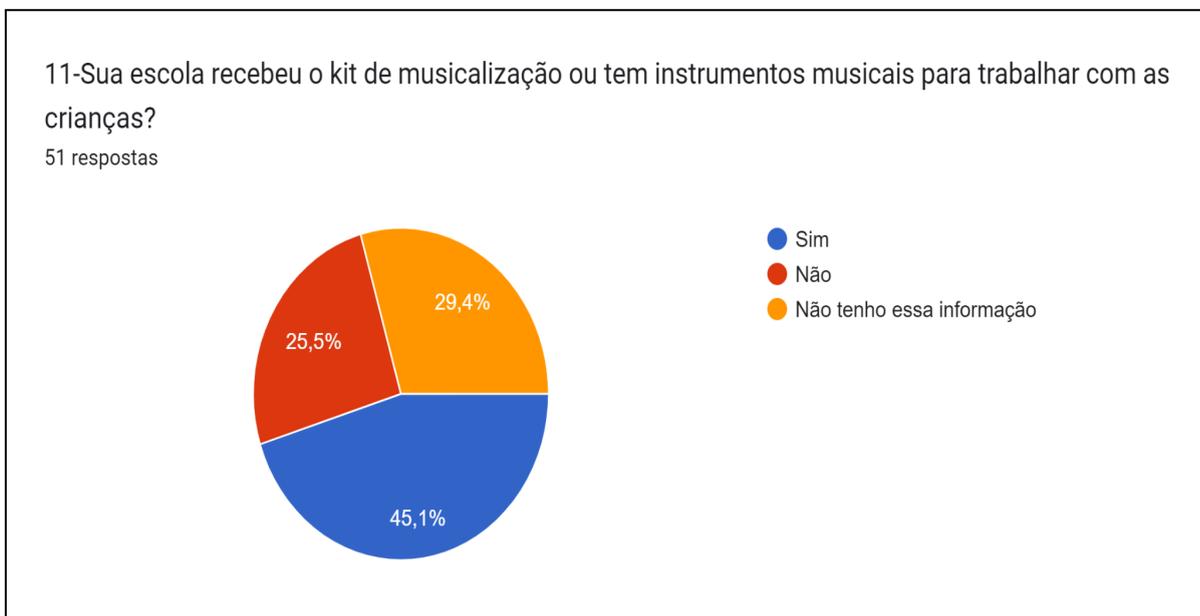
As questões 9 e 10 são de suma importância nesta pesquisa, já que demonstram as atividades que eram oferecidas antes e depois das oficinas. Algumas atividades citadas acima precisam de conhecimentos musicais um pouco mais aprofundados para poderem ser, de fato, aplicadas e/ou executadas.

Tabela 1 - Análise das questões 9 e 10.

	Antes das oficinas	depois das oficinas	Resultados
Músicas Cantadas	41 (80,4%)	35 (68,6%)	Queda de 11,8% nas atividades
Músicas cantadas com gestos	43 (84,3%)	39 (76,5%)	Queda de 7,8% nas atividades
Atividades com instrumentos musicais	20 (39,2 %)	32(62,7%)	Aumento de 23,5% nas atividades
Atividades rítmicas	9 (17,6%)	15 (29,4%)	Aumento de 11,8% nas atividades
Roda de Violão	3 (5,9%)	11 (21,6%)	Aumento de 15,7% nas atividades
Atividades de percepção auditiva	20 (39,2%)	35 (68,6%)	Aumento de 29,4% nas atividades
Não trabalha com nenhuma	0 (0 %)	0 (0%)	
Construção de instrumentos musicais	21 (41,2%)	30 (58,8%)	Aumento de 17,6% nas atividades

No quadro acima, podemos notar que as atividades como cantadas e cantadas com gestos tiveram uma queda logo após o contato das professoras com as oficinas. Mesmo assim, as atividades cantadas com gestos representam atividades musicais mais levadas pelas professoras para os seus alunos. Ao mesmo tempo, um aumento das atividades rítmicas, com instrumentos musicais, roda de violão, percepção auditiva e construção de instrumentos musicais, podemos lamentar a falta de instrumentos musicais nas escolas pois com eles os números das atividades de percepção auditiva e bandinhas aumentariam. O aumento de 15,7% nas atividades de roda de violão foi uma grande conquista. Essas atividades em que aconteceu um aumento são atividades que precisamos de conhecimentos musicais para serem realizadas, por isso podemos comemorar os impactos destas oficinas já aqui nas questões 9 e 10 do nosso questionário.

Figura 11 - Questão 11



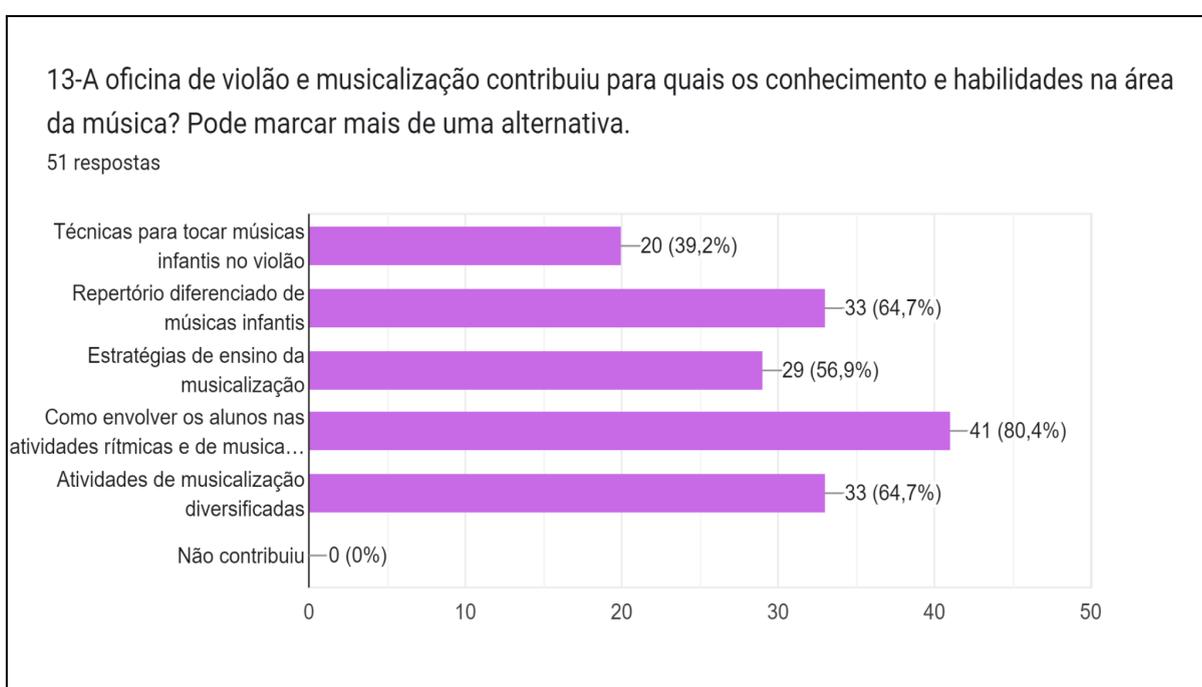
Sobre a figura número 11 ,somando as respostas das professoras que não têm a informação com as que não têm instrumentos musicais na escola, temos 54,9% sem instrumentos ou sem a utilização de instrumentos, enquanto 45,1% receberam o kit de musicalização.

Figura 12 - Questão 12



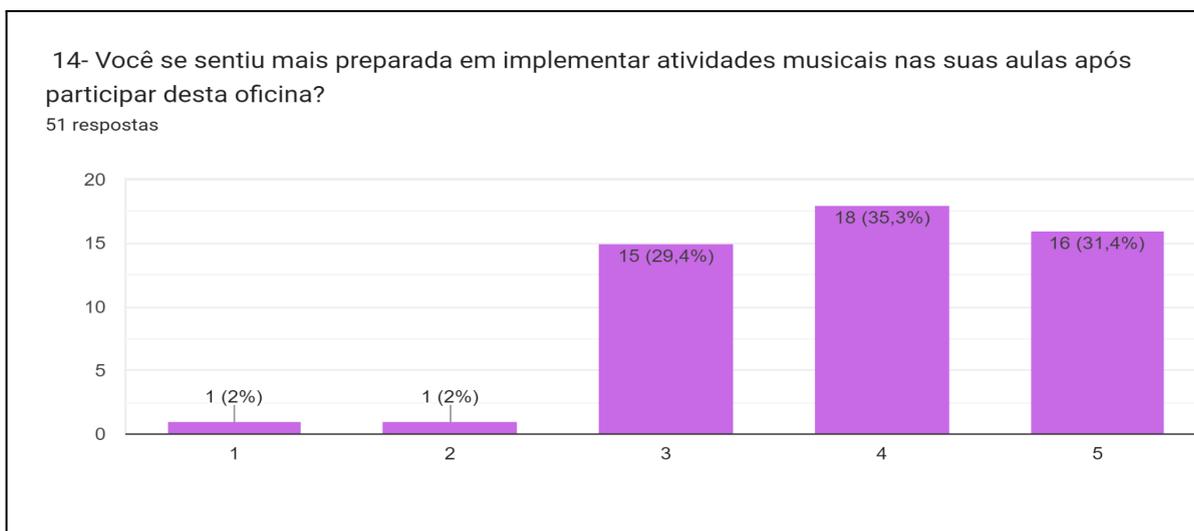
Consoante as respostas da figura 12 da questão número 12, 76,5% das professoras afirmam que quando fizeram a inscrição suas expectativas eram aperfeiçoar os seus planeamentos e deixar suas aulas mais divertidas em segundo lugar 68,6% era aprender sobre musicalização, em terceiros 52,9% aprender violão, quarto lugar, 35,3%, aprender a cantar novas músicas infantis, e por últimos 33,3% a adquirir conhecimentos para dar aulas de música para as crianças.

Figura 13 - Questão 13



Sobre as habilidades adquiridas através das oficinas, 41 professoras, o que corresponde a 80,4%, responderam que aprenderam como envolver os alunos nas atividades rítmicas e de musicalização. As próximas habilidades mais votadas por 33 professoras foram repertórios infantis diferenciados e atividades de musicalização diversificadas, com 64,7% dos votos. Depois, 29 professoras com 56,9% votaram em estratégias de ensino de musicalização e, por último, 20 professoras votaram em técnicas para tocar músicas infantis no violão, 39,2%.

Figura 14 - Questão 14



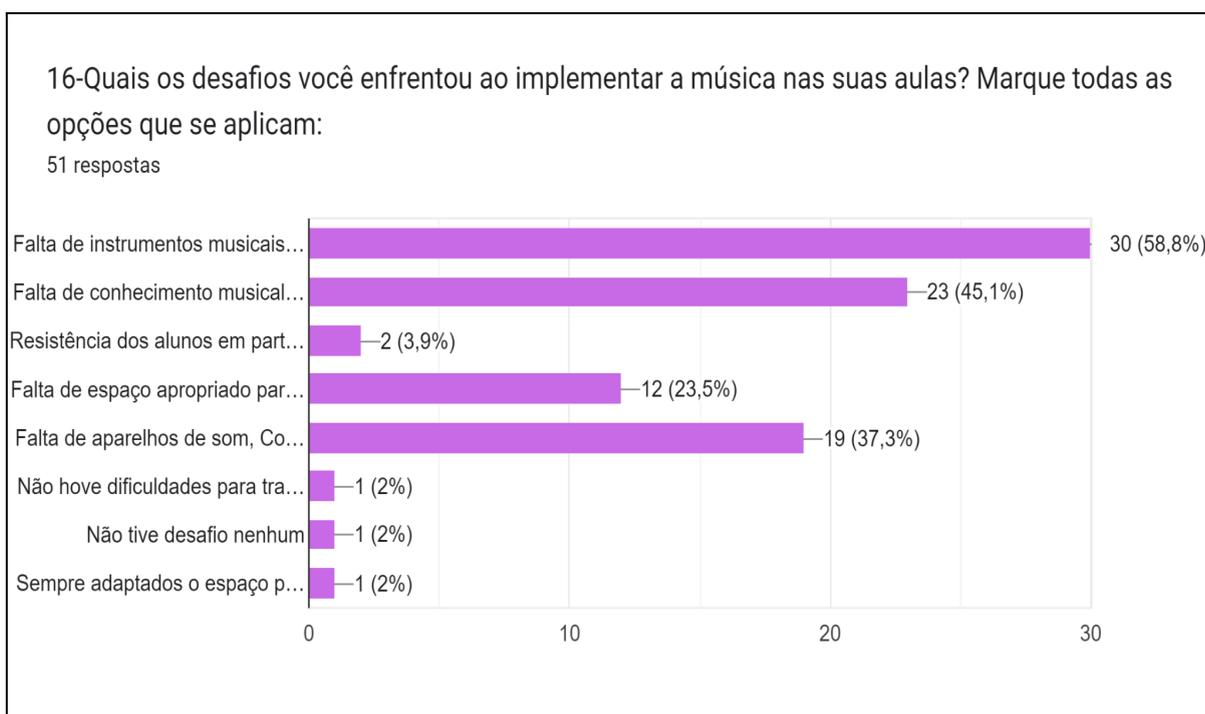
A questão número 14 corresponde a uma resposta em escala linear de 1 a 5, sendo número 1, pouco confiante e número 5, muito confiante em implementar as atividades musicais após participar das oficinas. Observando as respostas, podemos notar que 35,3% das professoras se sentem confiantes, pois votaram no número 4, enquanto 31,4% se sentiram muito confiantes, e votaram no número 5. Quinze professoras, o que corresponde a 29,4% mais ou menos confiantes, votaram no número 3. Apenas 1 professora declarou estar pouco confiante e uma votou número 2.

Figura 15 - Questão 15



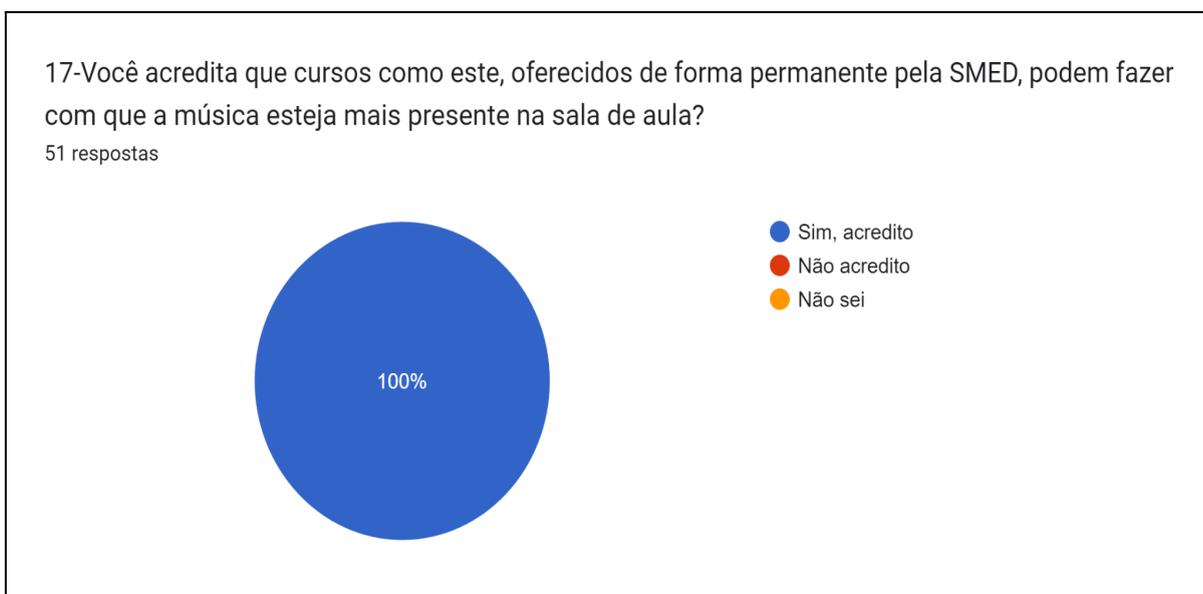
Na questão número quinze, 90,2% das professoras declararam que as crianças demonstraram maior interesse e engajamento nas novas atividades musicais propostas por elas. Enquanto 9,8% das professoras responderam, talvez. Elas todas visualizaram uma melhora no engajamento das crianças, pois nenhuma respondeu que não percebeu nenhum impacto.

Figura 16 - Questão 16



Desafios que as professoras encontraram ou enfrentaram para desenvolver as novas atividades musicais: Primeiro Falta de Instrumentos musicais, 58,8%, Falta de conhecimento musical 45,1%, Falta de aparelhos de som, computadores e datashow 37,3%, Falta de espaço apropriado para as aulas de música 23,5% e 3,9% resistência dos alunos em participar

Figura 17 - Questão 17



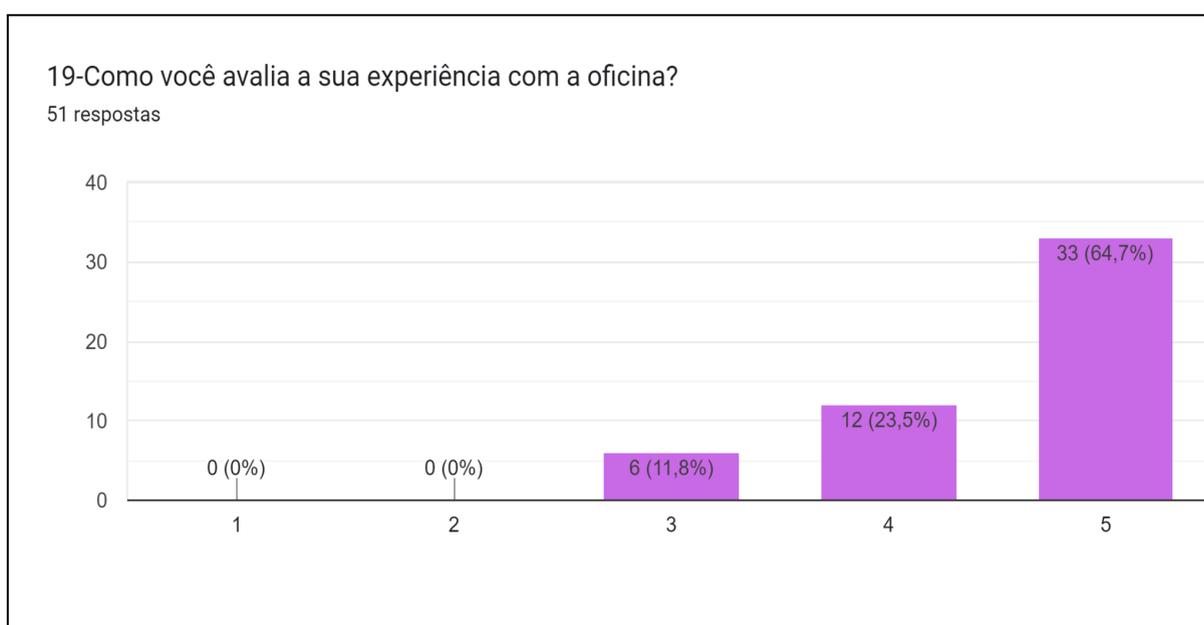
As professoras conseguiram melhorar suas atividades, ampliar seu repertório tanto musical como de ideias para os seus planejamentos, conseguiram cativar seus alunos durante as novas atividades e por isso afirmaram em uma totalidade de 100% das respostas que sim! Acreditam ser importante a SMED continuar oferecendo formação continuada na área de educação musical para as professoras da educação infantil da cidade de Rio Grande-RS.

Figura 18 - questão 18



As respostas para a questão número 18 foram variadas, pois 56,9% das professoras responderam que sim, acreditam que com essa formação de forma permanente elas podem continuar levando as atividades musicais para as crianças em suas aulas. A porcentagem de professoras que respondeu que as aulas de música devem ser ministradas por professores de música formados foi de 23,5%. 14% acreditam que sim, pois já trabalham música com as crianças e 6% responderam que trabalham com a música, mas o melhor mesmo para as crianças era ter um professor de música capacitado.

Figura 19- questão 19



A pergunta número 19, como você avalia sua experiência com a oficina, era para responder em escala linear de 1 a 5. Um para pouco satisfeito e cinco para muito satisfeito. Para nossa satisfação, 64,7% das professoras avaliaram com nota 5, ou seja, estão muito satisfeitas com os resultados e 23,5, satisfeitas, votaram na escala 4. Apenas 11,8% votaram na escala 3, ou seja, mais ou menos satisfeitas. Tivemos zero votos para a escala 1 e 2.

Na questão número 20 foi perguntado às professoras se elas teriam alguma contribuição, sugestão ou recomendação para melhorar futuras oficinas que possam vir a ser oferecidas. Foi a única pergunta do questionário aberta para a resposta ser formulada de forma parágrafo, quer dizer, livre. Para análise dessas respostas, criei sete categorias:

Tabela 2 - Questão 20

Categorias	Número de votos das professoras participantes
1) Dar continuidade ao curso de violão	6 professoras, o que corresponde a 11,76%.
2) Oferecer as oficinas com mais frequência e de forma permanente:	23 professoras o que corresponde a 45,09%
3) Não tem sugestão ,adorou as oficinas:	7 professoras o que corresponde a 13,72%
4) Ser mais divulgado nas escolas para oportunizar a todos:	3 professoras o que corresponde a 5,88%;
5) Que fossem em horário de trabalho, nos sábados e dentro do espaço escolar:	5 professoras responderam o que corresponde a 9,8%
6) Material pedagógico em pendrive e certificação do curso:	2 professoras ,o que corresponde a 3,92%
7) Não responderam :	5 o que corresponde a 9,8% das professoras

Observando a tabela número 2 da questão número 20. O ponto mais requisitado pelas participantes foi que as oficinas sejam oferecidas de forma permanente pela Secretaria Municipal de Educação. Essas sugestões foram enviadas por 45,09% das professoras. 13,72% não deixaram comentários, pois gostaram das oficinas no formato em que foram apresentadas. Seis professoras, o que corresponde a 11,76%, gostariam que as oficinas de violão continuassem. 9,8% gostariam que as oficinas fossem oferecidas nos seus turnos e locais de trabalho, três participantes disseram que as oficinas deveriam ter sido melhor divulgadas para que todos tivessem oportunidade de participar e duas deram a ideia para que o material didático das próximas oficinas seja disponibilizado em Pen Drive, pois tiveram dificuldades em acessar o Google Drive.

8º CAPÍTULO 5 - Considerações Finais

Através das respostas enviadas pelas participantes, pudemos avaliar os resultados das ações na formação e atuação musical das professoras e os impactos dessas oficinas nas escolas da rede municipal de ensino da cidade de Rio Grande. Descobrimos que, das 65 escolas municipais, as oficinas conseguiram chegar a 40 delas, o que corresponde ao número de 61,53% das escolas atingidas pelo nosso curso de extensão. A escola em que mais tivemos professoras inscritas foi a EMEI Deborah Thomé Sayão. Foram 10 inscrições, o que corresponde a 19,6% dos participantes. O que podemos constatar de diferente é que esta oficina foi oferecida diretamente na escola nos sábados de formação, ou seja, as professoras estavam em sua hora de trabalho e não precisavam fazer jornada dobrada para poder participar das oficinas. Essa foi uma das questões levantadas por 9,8% das professoras na questão de número vinte do questionário que solicitava contribuições, sugestões e recomendações para novas oficinas.

Chegamos ao número de 1227 crianças que conseguimos atingir através da formação. Esse foi um dado de muita importância, pois um dos motivos para a existência desse curso de extensão foi a falta de professores de música para atuar na rede de educação e a constatação de que antes de 2013 o cargo de professor de música não existia no município de Rio Grande.

O curso de extensão, oficinas de violão e musicalização para professores da educação infantil, foi entendido como uma das soluções mais rápidas para este momento crítico da educação musical. Foi entendida como a maneira mais eficiente de levar a música até às nossas crianças já que o parecer 07/2010, que trata das diretrizes curriculares nacionais gerais para educação básica, atribui ao professor regente de classe (professor da educação infantil) o trabalho com o conteúdo curricular arte, na ausência de professor especialista na área.

As professoras da educação infantil e anos iniciais consideram ser muito importante o ensino da música. Das 51 que responderam, 96,1% consideraram essa importância. Esse mesmo número, que corresponde a 49 professoras, respondeu que já trabalhava com atividades musicais antes de fazer a formação continuada em educação musical. Notamos um aumento de apenas 2% depois da formação. A mudança significativa e importante que aconteceu foi na qualidade das atividades musicais inseridas nos planejamentos de aula das professoras antes das oficinas e

depois das oficinas. Podemos notar através da tabela 9 - Questões 9 e 10, que as atividades como cantadas e cantadas com gestos tiveram uma queda logo após o contato das professoras com as oficinas. Ao mesmo tempo, um aumento das atividades rítmicas, com instrumentos musicais, roda de violão, percepção auditiva e construção de instrumentos musicais. Essas atividades em que aconteceu um aumento são atividades que precisamos de conhecimentos musicais para serem realizadas. O maior aumento foi de 29,4% nas atividades de percepção auditiva em segundo, aumento de 23,5% nas atividades com instrumentos musicais e 15,7% nas atividades com violão. Ou seja, as professoras começaram a tocar para as crianças. Podemos comemorar os impactos destas oficinas já aqui nas questões 9 e 10 do nosso questionário. Um dado bem triste é que não colabora com a ideia da implementação da música nas escolas é que 54,9% das escolas não têm instrumentos musicais, enquanto apenas 45,1% receberam kits de musicalização. As atividades de percepção auditiva, por exemplo, que subiram 29,4% nos planejamentos das professoras seriam muito mais ricas e divertidas se as crianças tivessem a oportunidade de conhecer os instrumentos musicais e adivinhar o seu som e/ou inúmeras outras brincadeiras e atividades que poderiam chegar até elas. Indagadas sobre a expectativa em relação às oficinas, 76,5% afirmam que era necessário aperfeiçoar os seus planejamentos e deixar suas aulas mais divertidas, 68,6% era aprender sobre musicalização, 52,9% aprender violão, 35,3%, aprender a cantar novas músicas infantis, e por últimos 33,3% adquirir conhecimentos para dar aulas de música para as crianças. O que de fato foi comprovado nas questões 9 e 10 do questionário. Sobre as habilidades adquiridas através das oficinas responderam que aprenderam como envolver os alunos nas atividades rítmicas e de musicalização, repertório infantil diferenciado e atividades de musicalização diversificadas, estratégias de ensino de musicalização e técnicas para tocar músicas infantis no violão. 66,7% das professoras se sentiram super preparadas para aplicar as atividades musicais depois das oficinas 24,4% mais ou menos confiantes e apenas 4% não preparados.

Foi perguntado se as professoras sentiram algum impacto nas crianças depois que elas participaram das oficinas e 90,2% declararam que as crianças demonstraram maior interesse e engajamento nas novas atividades musicais propostas por elas.

Indagadas sobre os desafios que enfrentaram para levar as aulas de música para os seus planejamentos, as respostas com alto índice foram a falta de instrumentos musicais e a falta de conhecimentos musicais.

Uma das perguntas de elevada importância foi a de número 17. Você acredita que cursos como este, oferecidos de forma permanente pela secretaria de educação, podem fazer com que a música esteja mais presente na sala de aula? Afirmaram com toda força, em uma totalidade de 100% das respostas, que sim!

As professoras conseguiram melhorar suas atividades, ampliar seu repertório tanto musical como de ideias para os seus planejamentos, conseguiram cativar seus alunos durante as novas atividades e por isso acreditam ser importante a SMED continuar oferecendo formação continuada na área de educação musical para as professoras da educação infantil da cidade de Rio Grande-RS. Esse pedido foi reafirmado por 45,9% das professoras quando solicitadas a deixar uma contribuição, sugestão ou recomendação para as próximas edições das oficinas.

A opinião das professoras sobre qual profissional deve ministrar as aulas de música foram diversas, mas apontavam para o mesmo lado. 70,9% das professoras responderam que sim, acreditam que com essa formação de forma permanente elas podem continuar levando as atividades musicais para as crianças em suas aulas, e já trabalhavam com a música em suas aulas; enquanto 23,5% das professoras responderam que as aulas de música devem ser ministradas por professores de música formados e 6% responderam que trabalham com a música, mas o melhor mesmo para as crianças era ter um professor de música capacitado. As participantes declararam estar muito satisfeitas em relação às suas experiências com as oficinas, em um número de 88,2%.

Embasado nos desafios levantados pelo referencial teórico apresentado neste trabalho, ter proposto e executado o projeto de extensão Oficinas de violão e musicalização para professores da educação infantil por meio de uma parceria entre SMED cidade do Rio Grande e faculdade de educação da UFPEL nos leva a pensar que cumprimos com as atribuições previstas no documento que define as diretrizes nacionais para operacionalização do ensino da música na educação básica e com isso contribuimos para o processo de implementação da música nas escolas municipais de Rio Grande. Este processo é longo, no entanto, é possível. Podemos dizer que é uma política pública que deve ser entendida e implementada. Os

resultados apontam para a continuação de ações como esta de forma permanente, sendo necessário o envolvimento dos cursos de licenciatura em música, pedagogia e secretarias de educação.

Os questionamentos continuam. Precisamos de respostas e mapeamentos. Precisamos conhecer a situação da música nas escolas, encontrar os desafios e propor políticas para as mudanças desejadas.

O diálogo entre as universidades e os sistemas educacionais é fundamental para que se avance e se construam novos modos de entender e praticar a música na formação escolar (FIGUEIREDO, 2014, p. 47).

Pretendo seguir pesquisando e trazendo as respostas sobre como se encontra a educação musical nas cidades de Rio Grande e Pelotas. Um ponto positivo é que as duas cidades vizinhas, estão entre “ os 18,14% dos municípios do Rio Grande do Sul que promovem concurso para o cargo de professor de música” ((WONFFENBÜTTEL, 2017, p. 12). , mas a implementação da música nas escolas está longe de ser apenas a realização de concursos públicos para o cargo de professor de música. Assuntos sérios ainda devem ser levados à discussão, tais como a inserção da disciplina nos projetos políticos pedagógicos das escolas; quais os níveis de ensino em que os profissionais licenciados em música devem trabalhar nas redes municipais; a diversidade de entendimentos e diferentes formas de pensar sobre o papel da música na escola - o que gera também uma diversidade de ações que correspondem às diferentes expectativas e a importância de se ouvir os professores, servidores licenciados em música das redes.

Atuei como servidora de 2021 a 2024 na cidade de Pelotas–RS e posso falar com propriedade sobre o que é ser professora de música nesta rede municipal de ensino.

Figueiredo afirmou que os novos licenciados em música deveriam estar mais interessados e comprometidos com a educação básica, pois apenas 30% deles desejam trabalhar na área. (FIGUEIREDO, 2013, p.46).

Trazendo aqui um contraponto à colocação do professor Sérgio Figueiredo, posso afirmar que boa parte dos licenciandos em música possivelmente encontra

problemas ao passar pelos seus estágios, aprendendo a dar aulas sem nenhum instrumento musical, nem espaço apropriado para as aulas, nem computadores ou aparelhos de som. Muitas vezes, direções e coordenações pedagógicas carregam expectativas equivocadas do que venha a ser aula de música, interferindo, modificando e trazendo sugestões que, muitas vezes, estão bem longe do que traz o Documento Orientador Municipal (DOM) que trata dos Referenciais Curriculares da rede para as aulas de música.

O diálogo entre as instituições formadoras de ensino e secretarias de educação será fundamental para serem criadas políticas públicas para implementação da música nas escolas. Nós, professores de música, educadores musicais, estudantes, pesquisadores, precisamos colaborar, por meio de projetos, com as secretarias de educação sobre quais são os procedimentos adequados para que, de fato, tenhamos sucesso nesse processo. É importante seguir nessas parcerias para dizer que a formação continuada de música para professores da educação infantil será essencial neste momento de escassez de professores de música. Os licenciados da rede, neste momento, precisam estar trabalhando no ensino fundamental, anos iniciais e finais. Outro fator importante e que poderia colaborar seria oferecer formações para as direções das escolas, pois estamos falando de uma nova disciplina e poucos têm o conhecimento do que venha a ser a música na escola.

Nossa responsabilidade como cidadãos não é só votar, mas sim fazer a leitura do mundo em que vivemos e de alguma forma estar tentando contribuir para o crescimento e bem-estar do coletivo. Os resultados deste trabalho me trouxeram esperanças para continuar trabalhando. Espero inspirar outros professores a também apostarem em iniciativas como esta, pois se faz necessário. Precisamos continuar dialogando, estudando e propondo políticas para que de fato a música chegue até as escolas, já que, desde 2008, esta disciplina se tornou um direito de toda a sociedade que identifica o seu real valor junto à educação de nossas crianças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.º 11.769, de 18 de Agosto de 2008**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

Brasil. **Lei n.º 13.278, de 2 de maio de 2016**. Altera o § 6º do art. 26 DA **LEI N.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação Nacional, referente ao ensino da arte.

Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução n.º 2, de 10 de maio de 2016**. Define Diretrizes Nacionais para a operacionalização do ensino de Música na Educação Básica. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016.

COSTA, T. P, PONICK, E. **Curso de musicalização para professoras da educação infantil: Vivências Formativas** VI congresso de educação e cultura da UFPEL, 2019.

DEL BEM, Luciana. **Um estudo com escolas da rede estadual de educação básica de Porto Alegre/RS: Subsídios para a elaboração de políticas de educação musical**. Revista Música Hodie, V.5 - n.º 2. P. 55- 89 -2005.

FERNANDES, Tatiane. **Música será disciplina obrigatória a partir de agosto**. Jornal agora. Rio Grande, 25 jul. 2011.

FIGUEIREDO, S.L.F. **Currículo escolar e educação musical: Uma análise das possibilidades e desafios para o ensino da música na escola brasileira na contemporaneidade**. Inter Meio: Revista do programa de pós graduação em educação, Campo grande, MS v. 19, n.º37 p. 29-52. jan/jun. 2013.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC. Apostila. 2002.

MACHADO, R. D. **A Educação Musical nas Escolas Municipais de Rio Grande: Panorama e reflexões sob os diferentes olhares diante da lei 11.769/2008**. Trabalho de conclusão de curso, UFPEL, 2013.

MOTA, Janine da Silva. **Utilização do Google Forms na Pesquisa Acadêmica**. Revista Humanidades e Inovação v.6, n.12 - 2019

PARECER, CNE/CEB n. 11/2010, de 7 de julho de 2010. **Sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos**. Brasília, DF: CNE/CEB, 2010.

PENNA, Maura. **Construindo o primeiro projeto de pesquisa em educação e música**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

QUEIROZ, L.R.S. **Música nas escolas: Uma análise do projeto de resolução das diretrizes nacionais para a operacionalização do ensino da música na educação básica**. ABEM, Associação Brasileira de Educação Musical. Janeiro de 2014. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4853208/mod_resource/content/0/Analise%20das%20Diretrizes%20para%20operacionalizacao%20do%20ensino%20de%20musica.pdf Acesso em 20/12/2023.

RICCIARDI, Matteo. **Implementação do ensino de Música na educação básica brasileira**. In: CONFERÊNCIA REGIONAL LATINO-AMERICANA DA SOCIEDADE INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSICAL (ISME). 2017. Disponível em http://www.abemeducacaomusical.com.br/anais_isme/v1/papers/2400/public/2400-8740-2-PB.pdf Acesso em 20/09/2023.

WOLFFENBÜTTEL, C.R. **Música nas escolas públicas municipais do Rio Grande do Sul**. Revista Brasileira de Educação, v.22, n.71, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/T5XDxjGRMKw5KztrWVT7hKN/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 20/12/2023.